



Quando o único 'verde' é o do dinheiro: a violência e as mentiras da economia 'verde'

Boletim do WRM 266

Julho 2023

[Acesse o Boletim no site do WRM](#)

ASSINE O BOLETIM

Índice

NOSSA OPINIÃO	
Economia 'verde': violência, hipocrisia e destruição da vida.....	2
REDD e Economia Verde agravam opressão e desmatamento no Pará, Brasil.....	4
Impactos da extração de petróleo e gás e de projetos de carbono em comunidades no Delta do Saloum, no Senegal.....	12
A luta das mulheres Dayak para proteger as florestas em Kalimantan Central, Indonésia	17
Podcast: “México: Mulheres da costa de Chiapas perante o dendê”	22
Certificação de carbono: “A roupa nova do rei”	26
Monoculturas, pobreza e falsas soluções: O legado de Harvard na Argentina.....	33
RECOMENDADOS.....	39
Povos indígenas da Argentina na luta contra a exploração do lítio	
Maior fábrica de celulose, Suzano atrai bilhões apesar da imensa apropriação de terras	
Impactos devastadores sobre as comunidades no noroeste da Guiné causados por uma Compensação de Biodiversidade financiada pelo Banco Mundial	
Plantações de dendê e programas de REDD+ no Pará, Brasil: apropriação de terras e violência	
Intercâmbio de saberes e experiências de luta em defesa das florestas	

Este Boletim tem artigos escritos por as seguintes organizações e indivíduos:
A plataforma nacional de atores para a justiça climática, Senegal; a organização feminista indonésia Solidaritas Perempuan; organizações Mujeres de la Costa de Chiapas ante la Palma Aceitera e Mujeres de la Costa en Rebeldía en Chiapas, México; Guardianes del Y'vera, em Corrientes, Argentina; e o Secretariado Internacional do WRM.

NOSSA OPINIÃO

Economia 'verde': violência, hipocrisia e destruição da vida

A economia 'verde' transmite a ideia de que é possível enfrentar o caos climático sem enxergar o vínculo direto entre a poluição e as estruturas de poder. Seus programas 'verdes' permitem que a demanda por energia siga crescendo e, portanto, também cresça a acumulação de lucros e injustiças. Sendo assim, ela é uma cara 'verde' para o mesmo sistema econômico violento, patriarcal, colonial e racista.

As consequências do caos climático são cada vez mais frequentes e devastadoras, desde ondas de calor e secas até tormentas e inundações extremas. Todos sabemos, mas os que se veem obrigados a conviver com o que isso implica são principalmente as comunidades no Sul global. Mesmo assim, os governos, a ONU, as grandes empresas e todos os seus aliados seguem apoiando seus próprios interesses econômicos acima da vida, promovendo a chamada 'economia verde'.

O problema de fundo da economia 'verde' é que ela permite e legitima um sistema econômico dependente de um consumo e uma produção de combustíveis fósseis cada vez maiores. Já foi amplamente documentado que, em sua grande maioria, a extração, o transporte, o processamento e a produção de combustíveis fósseis resultaram em atividades sumamente violentas e destrutivas ao longo da história – atividades que agora, também, sabemos que são a causa real do caos climático. (1)

As campanhas e políticas 'verdes' que pretendem nos vender a ideia de que é possível enfrentar o caos climático sem reconhecer a relação direta entre as emissões poluentes e as estruturas de poder (baseadas no capitalismo, no racismo, no colonialismo e no patriarcado) tentam desviar a nossa atenção das causas reais e dos verdadeiros responsáveis pelo caos climático e as injustiças sociais.

É importante ressaltar que o aumento do uso de 'energias renováveis' não se traduziu em redução no uso de combustíveis fósseis. (2) Isso significa que as supostas 'energias renováveis' não as estão substituindo, pelo contrário, estão contribuindo para o aumento do consumo de energia. E também provoca – com suas mega-hidrelétricas, indústrias eólicas, geração de 'bioenergia' a base de granulados de madeira ou óleo de dendê, entre outras – concentração e destruição de terras, e violência contra as comunidades, principalmente no sul Global e direcionada às mulheres.

Este boletim contém seis artigos que buscam alertar sobre os aspectos negativos da 'economia verde'. As matérias que vêm do Pará, no Brasil, e do Delta do Saloum, no Senegal, mostram as ameaças representadas pelos mecanismos de compensação de carbono (REDD e 'carbono azul') às comunidades, e como eles servem aos interesses das empresas mais destruidoras do planeta e seus governos aliados. Outro artigo revela o papel central e maléfico das certificadoras de créditos

de carbono. Somado a isso, grupos de mulheres de Kalimantan, na Indonésia, e de Chiapas, no México, nos falam dos nefastos efeitos das plantações de dendê e da importância da resistência de mulheres organizadas. E outro artigo nos descreve como a venda de plantações de monocultivo de árvores em Corrientes, na Argentina, que já teve impactos devastadores, poderia convertê-las em sumidouros de carbono e/ou em granulados de madeira para a geração da mal chamada ‘bioenergia’.

A economia ‘verde’ segue impulsionando a demanda por energia, e assim não se questiona a lógica da constante acumulação de lucros (e de injustiças). Em junho de 2023, um estudo revelou que nenhuma (zero) das 100 empresas de petróleo e gás mais importantes do mundo se comprometeu a conter a expansão de suas atividades fósseis antes de 2030. (3) Em 48 dos 55 países africanos, empresas de petróleo, gás e carbono estão pesquisando ou explorando novas reservas fósseis, construindo novas infraestruturas, como gasodutos ou terminais de gás natural liquefeito, ou desenvolvendo novas centrais elétricas a gás e carvão. (4) Além disso, mais de 6.500 investidores institucionais possuem bônus e ações de empresas de carbono, petróleo e gás no valor total de 3,07 trilhões de dólares. (5)

Nos noticiários, o tempo todo se escuta que o caos climático está gerando mais destruição, migrações forçadas, fome, perda de meios de subsistência, entre muitos outros impactos terríveis. Mas a economia ‘verde’ está ampliando esses impactos. Não só porque agrava o caos climático com todas as suas consequências graves e reais, mas também porque seus mecanismos e projetos permitem que mais territórios comunitários e florestas sejam monopolizados por interesses econômicos. A economia ‘verde’ nasce do mesmo sistema econômico violento, patriarcal, colonial e racista – e o fortalece.

(1) WRM, Todo carbono é igual? Carbono fóssil, violência e poder, <https://www.wrm.org.uy/pt/15-anos-de-REDD-Todo-o-carbono-e-igual>

(2) Our World in Data, Energy Mix, <https://ourworldindata.org/energy-mix#how-much-of-global-energy-comes-from-low-carbon-sources>

(3) World Benchmark Alliance, 2023 Oil and Gas Benchmark, <https://www.worldbenchmarkingalliance.org/publication/oil-and-gas/>

(4) Who is Financing Fossil Fuel Expansion in Africa?, https://reclaimfinance.org/site/wp-content/uploads/2022/11/2022.11.15_Urgewald_Who-is-Financing-Fossil-Fuels-in-Africa.pdf

(5) Urgewald, Fossil Fuel Investment Report, <https://investinginclimatechaos.org/reports>

REDD e Economia Verde agravam opressão e desmatamento no Pará, Brasil

Na 'economia verde' os interesses das corporações, dos Estados e da 'indústria de preservação' se entrelaçam entre si. Todos, de uma ou de outra forma, lucram com a destruição das florestas e expulsão de comunidades de seus territórios. No Pará, o número de projetos REDD está crescendo, enquanto o governo estadual busca implementar um programa REDD jurisdicional que abrange o estado inteiro.

O mecanismo REDD (**R**edução de **E**missões por **D**esmatamento e **D**egradação florestal) é uma peça chave da Economia Verde, ainda que ele não combata o desmatamento como o nome sugere, ou o crescente caos climático; esta é uma das lições aprendidas nos mais de 15 anos do REDD. (1)

Mesmo assim, o REDD está mais vivo do que nunca. Com a demanda por créditos de carbono – na verdade 'créditos de poluição' - em alta por parte de empresas e Estados poluidores que querem atingir a suposta 'neutralidade em carbono', os projetos e programas REDD estão 'pipocando'. Para rebater as severas críticas, os defensores do REDD criam novas iniciativas e nomes, como 'soluções baseadas na natureza', e também fazem novas promessas.

É o que acontece no Pará, segundo maior estado da Amazônia brasileira. Empresas privadas e algumas ONGs fazem crescer, de forma vertiginosa, os projetos REDD, ao mesmo tempo em que o governo estadual do Pará acelera a implementação de seu programa REDD jurisdicional, um programa REDD que abrange o estado inteiro. O governo paraense sediará até mesmo a conferência da ONU sobre mudanças climáticas em 2025, querendo mostrar ao mundo que, em breve, o desmatamento no Pará será coisa do passado.

O Pará é um dos estados que mais tem contribuído com o desmatamento no Brasil. Entre os principais responsáveis estão o setor madeireiro, a pecuária, o agronegócio de soja e milho, mineradoras e projetos de infraestrutura como as rodovias e hidrelétricas. Se o Pará fosse um país, estaria em segundo lugar entre os países com florestas tropicais que mais desmataram nas últimas décadas, deixando a Indonésia e a República Democrática do Congo para trás. (2)

Mas o que esperar das novas investidas de REDD e da economia verde no Pará? Há de fato algo de novo, capaz de romper com o elevado desmatamento no estado?

Os projetos REDD no Pará: o caso da Biofílica-Ambipar

Entre as empresas com projetos REDD no Pará, a empresa Biofílica se destaca por sua ambição. Em 2021, foi adquirida pela multinacional Ambipar e ganhou um novo nome: Biofílica Ambipar Environment. Na ocasião, a nova empresa anunciou que pretende aumentar, em dez vezes, o número de créditos de carbono gerados no mercado voluntário para se tornar "a maior empresa de soluções baseadas na natureza" do mundo. (3)

Vale ressaltar que a Ambipar se relaciona com várias empresas e setores direta ou indiretamente envolvidos com o desmatamento na Amazônia. (4) A Biofílica também faz isso há muitos anos. Em 2010, a Biofílica aliou-se a um dos maiores grileiros e destruidores de floresta no Pará: o Grupo Jari. Fundado por um estadunidense, o Grupo Jari apropriou-se, a partir de 1967, de 1,6 milhões de hectares de floresta no Pará e no estado vizinho de Amapá. O Jari destruiu dezenas de milhares de hectares de floresta para plantar monoculturas de árvores, como o eucalipto; degradou milhares de hectares do restante da floresta para extrair madeiras nobres. (5)

No entanto, o Grupo Jari se defrontou também com dezenas de comunidades tradicionais que já estavam lá, vivendo do extrativismo da castanha-do-pará e outras riquezas que a floresta lhes fornecia. Sem conseguir retirá-las, o Jari resolveu encurralá-las e oprimi-las, tirando sua liberdade e controle sobre a floresta pela qual cuidaram e com a qual estavam acostumadas a conviver.

Apesar disso, o Jari conseguiu, em 2004, o selo 'verde' do FSC, tornando-se dono da maior área de "manejo florestal sustentável" do Brasil. Como resultado, o FSC reconheceu os títulos de terra do Jari como 'legais', e deu legitimidade a uma tentativa da empresa de legalizá-los junto ao estado do Pará. O grupo Jari pressionou as comunidades para aceitar uma pequena parcela de terras, para que ele mesmo pudesse ficar com a maior parte. (6)

O Jari, em parceria com a Biofílica, também implementou projetos REDD, a partir de 2010 no Amapá e a partir de 2014 no Pará. Os projetos REDD também receberam um selo 'verde' da certificadora VCS/VERRA, pelo prazo de 30 anos. (7) A justificativa dos projetos era que sem o REDD, 'invasores', inclusive das comunidades, provocariam um grande desmatamento. Na realidade, os projetos REDD encurralaram e oprimiram as comunidades ainda mais, apesar de um discurso de 'beneficia-las'.

A encarregada por esses 'benefícios' é a Fundação Jari, braço 'social' da empresa Jari. Numa dessas atividades, um técnico da Fundação chegou numa comunidade dizendo que veio ensinar as famílias a plantar castanha. Contudo, não havia mais castanheiras, porque anos atrás o Jari tinha devastado o castanhal que era a principal fonte de renda da comunidade, para plantar eucalipto. Um morador disse ao técnico bem assim: "se você veio pra nos ensinar a plantar castanha, você pode ir embora porque isso a gente sabe fazer. Agora, se você quer nos ajudar, fala com o Jari para arrancar este eucalipto e replantar o castanhal que foi destruído, isso de fato ia ajudar muito a comunidade". (8)

Apesar das denúncias de extração e comércio ilegal de madeira pelo Grupo Jari e investigações pelas autoridades competentes sobre as terras griladas, (9) a Biofílica vendeu entre 2013 e 2023 um total de 2.997.953 'créditos de poluição' dos projetos REDD do Jari no Pará e Amapá. Considerando um valor subestimado de US\$ 5 por crédito, as vendas devem ter rendido ao menos cerca de US\$ 15 milhões, ou R\$ 75 milhões. (10)

Entre os compradores dos 'créditos de poluição' estão empresas direta ou indiretamente envolvidas com o desmatamento: bancos como o brasileiro Bradesco, que já foi denunciado por

ser o principal banco que financia o desmatamento na Amazônia (11); a alemã Bayer, transnacional de agrotóxicos que incentiva, sustenta e se beneficia da expansão do agronegócio da soja e de outras monoculturas (12); e a Seara Brasil, propriedade da brasileira JBS, maior produtora de carne do mundo, lembrando que a pecuária a partir do avanço das pastagens tem sido a principal causa direta da devastação da floresta amazônica. (13)

Os projetos REDD da Biofílica não são só uma ‘solução’ para essas empresas se projetarem como ‘neutras em carbono’ e protetoras da Amazônia, mas também servem ao próprio Grupo Jari ao criar uma cortina de fumaça sobre seus crimes. (14) Um artigo na mídia em 2023 questionou: “como um programa de (..) carbono continua a operar vários anos após o estado registrar a maior parte da área do projeto como terra pública? (15)

Quais as novas ‘soluções baseadas na natureza’ da Biofílica-Ambipar?

Uma das novas ‘soluções’ da Biofílica-Ambipar é uma parceria com a empresa Agropalma para estabelecer um projeto REDD. Além de ser uma das maiores produtoras de óleo de dendê do Brasil, a Agropalma busca, a partir de 2023, expandir seus negócios em outra área-chave da economia verde: as energias ‘renováveis’. (16)

O projeto REDD da Agropalma e Biofílica consiste em conservar 50.159 hectares de florestas no Pará, nos municípios de Tailândia, Moju, Tomé-Açu e Acará. A Agropalma alega, como faz o Jari em seus projetos REDD, que, sem o projeto, as comunidades vizinhas destruiriam a floresta, neste caso 13,591 hectares ao longo de 30 anos. Pretendem com o projeto promover ‘alternativas’ ao desmatamento e trabalhos de educação ambiental que, segundo argumentam, irão melhorar o bem-estar dessas comunidades. (17)

Como fez com o Grupo Jari, a Biofílica se alia novamente a uma empresa envolvida no crime de grilagem de terras. A grilagem é motivo de conflitos fundiários com dezenas de comunidades quilombolas e indígenas que lutam há anos pela regularização de seus territórios. (18). Em função dos conflitos, as comunidades sofrem ameaças, violência e perseguição. (19)

O projeto REDD da Biofílica-Ambipar e Agropalma também corrobora para reforçar ainda mais a estratégia atual da Agropalma de perseguir as comunidades impondo restrições e proibições em relação ao uso da floresta, ações que fazem parte do projeto REDD. Enquanto apontam as comunidades como culpadas pelo desmatamento, com a venda dos ‘créditos de poluição’ esperam embolsar quase US\$ 7 milhões. (20)

Um dos principais compradores do óleo de dendê da Agropalma é a estadunidense Cargill. Com o avanço da soja, a Cargill, uma das principais empresas do agronegócio mundial, está fortemente ligada ao desmatamento no Pará e no Brasil. No Pará, a Cargill detém um porto para exportação em Santarém e pretende instalar outro em Abaetetuba. Recentemente, a Cargill foi levada à justiça nos EUA por não conseguir acabar com o desmatamento e a violação dos direitos humanos na sua cadeia de fornecimento no Brasil. (21)

Está claro que as novas 'soluções' da Bioflica Ambipar Environment, como a parceria com a Agropalma, são uma continuação de seus projetos anteriores, como com o Grupo Jari. Será que o programa REDD jurisdicional do governo do Pará pode representar algo novo, capaz de acabar com o elevado desmatamento?

O programa REDD jurisdicional do governo do estado do Pará: o papel das grandes ONGs

O REDD jurisdicional é uma versão mais recente do REDD, em parte como resposta ao fracasso dos projetos REDD individuais que não conseguiram reduzir o desmatamento e causaram conflitos com comunidades. Os defensores do REDD jurisdicional argumentam que seus programas, por abranger uma jurisdição inteira, como um estado ou um país, teriam condições de superar as falhas dos projetos individuais e, de fato, reduzir o desmatamento.

No entanto, a principal referência de REDD jurisdicional no Brasil, no estado do Acre, foi um fracasso. O governo do Acre recebeu dezenas de milhares de euros a partir de 2012, especialmente do governo Alemão, como premiação por ter sido 'pioneiro' em ter uma lei estadual sobre a venda de 'créditos de poluição'. Mas, depois de 11 anos e de milhões de euros em remessas transferidas para o governo do Acre, vimos que o Acre acompanhou a partir de 2018 o forte aumento da taxa de desmatamento de outros estados amazônicos que não tinham um programa REDD jurisdicional. Ao mesmo tempo, as condições de vida de comunidades que dependem das florestas, sobretudo das mulheres, pioraram, como na Reserva Extrativista (RESEX) Chico Mendes. (22) Nos últimos anos, a RESEX Chico Mendes, símbolo do programa REDD no Acre, está sendo destruída, transformando florestas em pastagens. (23) O fato que nem isso resultou no cancelamento do financiamento REDD para o Acre mostra, no mínimo, como são 'flexíveis' e 'manipuláveis' cálculos de desmatamento nesse tipo de programa. (24)

Uma semelhança importante entre o programa REDD jurisdicional no Acre e o processo no Pará é o protagonismo das grandes ONGs internacionais preservacionistas na concepção e definição de como o REDD vai funcionar, assim como a não-participação da população, em especial das comunidades que dependem das florestas, nessa definição. Um dos primeiros passos importantes para o REDD jurisdicional no estado do Pará foi a elaboração do Plano Estadual Amazônia Agora, a estratégia para alcançar "um modelo de desenvolvimento baseado na conservação e valorização de ativos ambientais". Não por acaso, o conceito do Plano foi apresentado num evento da ONG estadunidense The Nature Conservancy (TNC), em Madri, longe do Pará, durante a conferência do Clima em 2019. (25)

A TNC, em conjunto com outras ONGs como o Forest Trends e Environmental Defense Fund (26), atuam como uma 'tropa de choque' para defender os interesses de grandes empresas e bancos do capital internacional. Isto é: estabelecer institucionalmente uma economia verde para manter e expandir seus lucros da extração de petróleo e outros combustíveis fósseis, ao mesmo tempo abrindo novos mercados 'verdes' para aumentar seus negócios.

O que é a TNC?

Enquanto muitas pequenas ONGs ambientalistas sofrem de escassez de recursos, esse não é o caso da TNC, chamada pelo Washington Post como o “grupo ambiental mais rico do mundo”, com USD 3 bilhões em ativos à disposição. (27) A TNC parece muito mais uma empresa do que uma ONG. Por exemplo, um ex-diretor de conservação ganhava um salário anual de USD 1.168 milhões (cerca de R\$ 5,5 milhões). (28) Além disso, no Conselho Global da organização, há representantes de algumas das principais instituições do capital financeiro internacional, como a JP Morgan Chase e Goldman Sachs. Um relatório que avaliou investimentos em combustíveis fósseis depois do Acordo de Paris, apontou que “uma conclusão inevitável desse relatório é que o JP Morgan Chase é claramente o pior banco do mundo no que diz respeito às mudanças climáticas”. Isso apenas confirma como a TNC é fortemente ligada aos interesses da indústria de extração de petróleo que, a sua vez, é uma das principais investidoras no REDD. (29)

A TNC escreveu o Plano Estadual de Bioeconomia do Pará (30), e ganhou o edital para fazer o marco jurídico-institucional do REDD jurisdicional do estado. (31) Além de se beneficiar dos recursos disponíveis para ‘consultorias’, que consomem parcela significativa em todos os projetos e programas REDD, chama a atenção como uma instituição estadunidense, com os referidos interesses por trás, encabeça todo um processo político sobre REDD no Pará, Brasil.

Além disso, o governador do Pará assinou em 2022 uma carta de intenção com a coalizão chamada LEAF, sigla em inglês para “Reduzindo Emissões Acelerando o financiamento para Florestas”.

O que é a LEAF?

A LEAF foi criada em 2021 e se projeta como o “maior esforço público-privado de todos os tempos para proteger as florestas tropicais”; conta com financiamento de USD 1 bilhão de empresas privadas e dos governos da Alemanha, Noruega e EUA. (32) Entre seus participantes há alguns dos principais atores que empurram o desmatamento no Brasil, como Nestlé, Unilever e Bayer. Além disso, na lista dos financiadores aparece também a estadunidense Blackrock, uma das maiores investidoras globais em empresas de petróleo, incluindo nas areias betuminosas, uma das formas de extração mais destrutivas do planeta. Nesse contexto, a própria Blackrock admitiu que quer “ver essas empresas [de petróleo] serem bem-sucedidas e prosperarem”. (33) Ironicamente, Guiana, o primeiro país que assinou contrato com a LEAF, gera ‘créditos de poluição’ para uma nova extração de petróleo em frente à sua costa. Mostra que o LEAF segue exatamente a mesma lógica do REDD, dando a poluidores o ‘direito de poluir’ e acelerando o caos climático.

A implantação do Plano Estadual Amazônia Agora no Pará será responsabilidade da Secretaria Estadual de Meio Ambiente, a mesma que, em tese, deveria combater o desmatamento e outras ações nocivas ao meio ambiente. Mas os compromissos assumidos continuam vagos, contrastando com a realidade, como um grupo de organizações sociais observa e denuncia numa carta-aberta: “Ano após ano, o estado investe em e aprova projetos cujos impactos socioambientais colocam em risco a própria sobrevivência do bioma Amazônico, de seus povos indígenas e comunidades tradicionais”. As entidades mencionam o projeto Volta Grande, que promete ser a maior

mineração de ouro a céu aberto numa região que vive um colapso socioambiental, devido, entre outros, aos impactos da construção da hidrelétrica Belo Monte. Apesar da grande resistência, o estado do Pará pressiona para a rápida implementação desse projeto de mineração. (34)

O governo do Pará também parece querer que o estado se torne, como a Guiana, uma nova fronteira de expansão petrolífera. A brasileira Petrobrás avalia extrair petróleo na foz do Rio Amazonas na costa do Amapá e Pará. Enquanto dezenas de entidades ambientais, – exceto a TNC e organizações aliadas – enviaram uma carta em protesto contra a proposta (35), o Governador do Pará Helder Barbalho declarou que “cercear o Brasil de pesquisar seus ativos, seja no campo ambiental ou em outras atividades, é um retrocesso (...)” (36)

Mudar para mudar nada

Para parar o processo de desmatamento é preciso ter vontade política. O tamanho dessa vontade pode ser medido a partir do avanço de novos acordos comerciais sobre a exportação de commodities brasileiras, ou pela celebração recente pelo governo brasileiro pelo aumento do PIB em 2023, devido ao “resultado excepcional” do agronegócio. Esse ‘resultado’ tem a ver especialmente com a expansão do cultivo da soja, sobretudo em áreas de pastagens, ou seja, sobre áreas onde o desmatamento avançou. (37)

Este artigo mostra como o REDD e a economia verde em geral é instrumental, não só para a manutenção e expansão da extração e queima do petróleo, mas também para *manter* o desmatamento. Suas propostas são pensadas no Norte global e vêm com fortes características neocoloniais por representarem mais apropriação e controle de territórios e, conseqüentemente, mais opressão, para que empresas como Cargill, Unilever, Bayer, Blackrock e outras possam lucrar mais. É mudar para não mudar nada. Para essas empresas, a economia verde significa novos negócios e mercados.

Agora as ONGs conservacionistas, também do Norte global, ajudam a dar um rosto ‘verde’ ao que é, na realidade, mais destruição de territórios, florestas e meios de subsistência, para que seus próprios lucros e das empresas que os financiam majoritariamente, aumentem. Enquanto isso, o governo, empresas e ONGs no Pará disputam o dinheiro que podem ganhar ao participar desses novos mercados e negócios ‘verdes’. Tudo isso mostra que na economia verde, muitos interesses se entrelaçam, em especial os das corporações, dos Estados e da ‘indústria de preservação’ representada por grandes ONGs. Enquanto todos reivindicam que estão atacando o desmatamento e suas causas, em realidade, todos, de uma ou de outra forma, lucram com a destruição das florestas e expulsão de comunidades de seus territórios.

E há novas ameaças para as comunidades e sua luta para manter controle sobre seus territórios, que acompanham esse processo. Por exemplo, os novos mercados digitais baseados na tecnologia blockchain, como as criptomoedas e os tokens não fungíveis vinculados a transações ‘verdes’; assim como tecnologias de monitoramento de florestas e comunidades através de drones. (38)

Outra novidade que, por exemplo, está presente no programa LEAF é que em seus programas REDD jurisdicional abre-se a possibilidade para que comunidades recebam pagamentos pela proteção de florestas que nunca tiveram altos níveis de desmatamento. Isso significa reconhecer, mesmo que indiretamente, o papel dessas comunidades na conservação das florestas. No entanto, a medida parece muito mais uma forma de cooptação – uma tática antiga de empresas e Estados – para dar um cala-boca às muitas críticas que se opuseram ao REDD nos últimos 18 anos. Lançando mão de algumas migalhas daquilo que mais tem – dinheiro – mais uma vez o grande capital se aproveita das necessidades reais de muitas comunidades, marginalizadas e oprimidas desde os tempos da colônia.

Secretariado Internacional do WRM

- (1) WRM, 15 anos de REDD: Um esquema corrompido em sua essência, <https://www.wrm.org.uy/pt/publicacoes/15-anos-de-REDD>
- (2) OECO, Amazônia perdeu cerca de 44 milhões de hectares para agropecuária em 35 anos, [https://oeco.org.br/noticias/amazonia-perdeu-cerca-de-44-milhoes-de-hectares-para-agropecuaria-em-35-anos/#:~:text=Quando%20considerado%20o%20acumulado%20no,6%2C7%20milh%C3%B5es%20de%20hectares.](https://oeco.org.br/noticias/amazonia-perdeu-cerca-de-44-milhoes-de-hectares-para-agropecuaria-em-35-anos/#:~:text=Quando%20considerado%20o%20acumulado%20no,6%2C7%20milh%C3%B5es%20de%20hectares.;); <https://www.bbc.com/news/59136545>; <https://www.internetgeography.net/topics/changing-rates-of-rainforest-deforestation/>
- (3) Carbon pulse, 2021. REDD developer Bioflica targets tenfold carbon credit growth following merger
- (4) O grupo Ambipar opera em dezenas de países e é dono de várias outras empresas. O Ambito, por exemplo, atua na América Latina, e trabalha com empresas que direta e/ou indiretamente aumentam o desmatamento como as empresas Suzano, Unilever e Klabin. (<https://ambito.com.br/es/la-ambito/>)
- (5) WRM, 2018. FSC e RSPO parceiros no crime? A questão fundiária da Jari Florestal e da Agropalma na Amazônia brasileira, <https://www.wrm.org.uy/pt/artigos-do-boletim/fsc-e-rspo-parceiros-no-crime-a-questao-fundiaria-da-jari-florestal-e-da-agropalma-na-amazonia-brasileira>
- (6) Ibid
- (7) Verra Registry, <https://registry.verra.org/app/projectDetail/VCS/1811>
- (8) Depoimento durante visita à região; por questões de segurança manteremos em sigilo o nome da comunidade e pessoa que relatou esse episódio.
- (9) Em 2017, devido a denúncias, a empresa Jari foi suspensa pelo FSC, até que em 2019 foi finalmente expulsa do FSC, algo que raramente acontece com uma empresa certificada. O FSC alegou que a Jari estava envolvido com a extração e comércio de madeira ilegal e que também tinha falhado em reconhecer a existência de comunidades tradicionais na área. No entanto, o FSC não mencionou no seu comunicado as terras griladas em mãos da Jari Florestal e a colaboração do FSC na tentativa de regularizá-las (https://fsc.org/sites/default/files/2019-08/FSC%20disassociates%20from%20Jari_29-04-2019_Final_clean.pdf)
- (10) Verra Registry, <https://registry.verra.org/app/projectDetail/VCS/1811>
- (11) Ver O Fato, Bancos deram R\$ 165 milhões para desmatadores da Amazônia, <https://ver-o-fato.com.br/bancos-deram-r-165-milhoes-para-desmatadores-da-amazonia/>
- (12) Brasil de Fato, Syngenta, Bayer e JBS se reuniram 216 vezes com alto escalão do governo Bolsonaro, <https://www.brasildefato.com.br/2022/07/21/syngenta-bayer-e-jbs-se-reuniram-216-vezes-com-alto-escalao-do-governo-bolsonaro>
- (13) Reporter Brasil, JBS mantém compra de gado de desmatadores da Amazônia mesmo após multa de R\$ 25 milhões, <https://reporterbrasil.org.br/2019/07/jbs-mantem-compra-de-gado-de-desmatadores-da-amazonia-mesmo-apos-multa-de-r-25-mi/>
- (14) Seara da JBS, por exemplo, afirma em sua propaganda sobre os créditos de poluição que comprou do projeto REDD do Jari, que no Vale do Jari “estão localizadas as *propriedades do Grupo Jari*” [grifo nosso], como se essas terras (localizadas onde ocorre o projeto REDD) fossem propriedades legítimas. Além disso, a Seara afirma que a Jari está “promovendo o bem-estar das comunidades e tornando-as parceiras na manutenção dos recursos florestais”. Essa afirmação inverte totalmente a realidade, como se a Jari fosse a protetora da floresta e as comunidades a ameaça à floresta. (<https://www.carbonfair.com.br/cliente/seara/seara-expoagas>)
- (15) Economia UOL, INVESTIGAÇÃO-Na Amazônia brasileira, projeto de crédito de carbono em xeque alimenta receio de grilagem de terras, <https://economia.uol.com.br/noticias/reuters/2023/03/27/investigacao-na-amazonia-brasileira-projeto-de-credito-de-carbono-em-xeque-alimenta-receio-de-grilagem-de-terras.htm>
- (16) Forbes, Agropalma retomará produção de biodiesel no Pará em 2023, <https://forbes.com.br/forbesagro/2022/08/agropalma-retomara-producao-de-biodiesel-no-para-em-2023/>
- (17) Verra Registry, <https://registry.verra.org/app/projectDetail/VCS/4034>
- (18) WRM, FSC e RSPO parceiros no crime? A questão fundiária da Jari Florestal e da Agropalma na Amazônia brasileira, <https://www.wrm.org.uy/pt/artigos-do-boletim/fsc-e-rspo-parceiros-no-crime-a-questao-fundiaria-da-jari-florestal-e-da-agropalma-na-amazonia-brasileira>

Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais

- (19) Mongabay, Certificação de exportadora de óleo de palma suspensa após investigação da Mongabay, <https://brasil.mongabay.com/2023/03/certificacao-de-exportadora-de-oleo-de-palma-suspensa-apos-investigacao-da-mongabay/>; como no caso da Jari, também a Agropalma perdeu no início de 2023 sua certificação, no caso o selo RSPO, ‘a mesa redonda de óleo de dendê sustentável’, a partir de uma investigação que mostrou que mais da metade das terras que ocupa têm títulos fraudulentos, ilegais.
- (20) USD 6,7 milhões, em base de um preço de USD 10 para cada um dos supostos 671,744 créditos de poluição que o projeto geraria (<https://registry.terra.org/app/projectDetail/VCS/4034>)
- (21) The Guardian, Grain trader Cargill faces legal challenge in US over Brazilian soya supply chain, <https://www.theguardian.com/environment/2023/may/04/cargill-faces-legal-challenge-us-over-brazilian-soya-supply-chain-deforestation>
- (22) SOS Amazonia, Taxa de desmatamento no Acre em 2021 é a maior da última década, <https://sosamazonia.org.br/tpost/ycmtm2pds1-taxa-de-desmatamento-no-acre-em-2021-a-m>
- (23) OECO, Em meio a mudanças políticas e avanço do desmatamento, Semana Chico Mendes acontece no Acre, <https://oeco.org.br/reportagens/em-meio-a-mudancas-politicas-e-desmatamento-semana-chico-mendes-acontece-no-acre/> e WRM, 10 anos do REDD+ no Acre e seus impactos sobre mulheres indígenas e extrativistas, <https://www.wrm.org.uy/pt/15-ano-de-REDD-Acre-impactos-sobre-mulheres-indigenas-e-extrativistas>
- (24) WRM, O desmatamento na Amazônia e o dinheiro do REDD+ que continua chegando no Brasil, <https://www.wrm.org.uy/pt/artigos-do-boletim/o-desmatamento-na-amazonia-e-o-dinheiro-do-redd-que-continua-chegando-no-brasil>
- (25) Plano Estadual Amazônia Agora (PEAA), Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade, <https://www.semas.pa.gov.br/wp-content/uploads/2021/02/GUIAINFO.pdf> e TNC, Recomendações para a consolidação do Plano Estadual Amazônia Agora, <https://www.tnc.org.br/content/dam/tnc/nature/en/documents/brasil/tnc-recomendacoes-peaa.pdf>
- (26) A Forest Trends com apoio da entidade financiadora CLUA está empenhando no Brasil integrar comunidades indígenas no Mercado de carbono (<https://www.forest-trends.org/pressroom/forest-trends-ira-lancar-recursos-de-treinamento-em-financiamento-climatico-voltado-a-comunidades-indigenas-que-estejam-explorando-os-mercados-de-carbonos/>), enquanto Environmental Defense Fund vê “muitas novas oportunidades” para o Brasil, inclusive do REDD+ jurisdicional (<https://amazonia2030.org.br/wp-content/uploads/2022/07/Financial-Opportunities-for-Brazil-from-Reducing-Deforestation-in-the-Amazon-3.pdf>)
- (27) Washington Post, The Nature Conservancy, <https://www.washingtonpost.com/wp-dyn/nation/specials/natureconservancy/>
- (28) Charity Navigator, The Nature Conservancy, <https://www.charitynavigator.org/ein/530242652>
- (29) <https://www.conserve-energy-future.com/report-jpmorgan-agreement-investment-fossil-fuels.php>
- (30) Governo do Estado do Pará, Plano Estadual de Bioeconomia do Pará, https://www.semas.pa.gov.br/wp-content/uploads/2022/11/Plano-da-Bioeconomia-vers%C3%A3o-FINAL_01_nov.pdf
- (31) TNC, Implementação do mecanismo financeiro de REDD+ do estado do Pará, https://www.tnc.org.br/content/dam/tnc/nature/en/documents/brasil/tdr/TdR_Mecanismo_Financeiro_REDD.pdf
- (32) <https://leafcoalition.org/>
- (33) CBS News, BlackRock touts investment in fossil fuels after threat from Texas official, <https://www.cbsnews.com/news/blackrock-texas-fossil-fuels-boycott/>
- (34) International Rivers, Carta De Preocupação Com A Chamada "Política Verde" Do Estado Do Pará, https://www.internationalrivers.org/wp-content/uploads/sites/86/2021/11/CARTA-DE-PREOCUPACAO-COM-A-CHAMADA-_POLITICA-VERDE-DO-ESTADO-DO-PARA.pdf
- (35) OECO, Atividades de exploração de petróleo e gás na Bacia Sedimentar da Foz do Amazonas, <https://oeco.org.br/wp-content/uploads/2023/04/Final-Oficio-e-Nota-Tecnica-Foz-do-Amazonas-1.pdf>
- (36) NeoFeed, Governador do Pará sugere “exploração sustentável” de petróleo na foz do Amazonas, <https://neofeed.com.br/economia/governador-do-para-sugere-exploracao-sustentavel-de-petroleo-na-foz-do-amazonas/>
- (37) Folha de Sao Paulo, Brasil cresce com soja, minas e ouro preto, mas consumo e investimento fraquejam, <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/06/brasil-cresce-com-soja-minas-e-ouro-preto-mas-consumo-e-investimento-fraquejam.shtml>
- (38) WRM, Blockchain e contratos inteligentes: as mais recentes tentativas do capital de se apropriar da vida na Terra, <https://www.wrm.org.uy/pt/artigos-do-boletim/blockchain-e-contratos-inteligentes-as-mais-recentes-tentativas-do-capital-de-se-apropriar-da-vida-na>

Impactos da extração de petróleo e gás e de projetos de carbono em comunidades no Delta do Saloum, no Senegal

O caos climático é visível no Delta do Saloum. As comunidades que dependem da pesca enfrentam impactos substanciais, acentuados pelas indústrias pesqueira e de combustíveis fósseis. Um projeto de reflorestamento de árvores de mangue, financiado pela Shell, transformou-se em um projeto de carbono, o que vai agravar os impactos climáticos para as comunidades.

O Delta do Saloum, no Senegal, é uma das maiores zonas húmidas de importância econômica, ecológica e social da África Ocidental. Com mais de 180 mil hectares, classificado na lista de Zonas Húmidas de Importância Mundial e na lista de Reservas da Biosfera da UNESCO, a região abriga o segundo maior parque nacional do Senegal (Parc National du Delta du Saloum), que abrange quase 100 mil hectares na área central do delta. A região do delta tem cerca de um milhão de habitantes, principalmente os povos Sérères e Mandingo. Os habitantes do Delta do Saloum dependem economicamente de seus recursos naturais por meio da pesca e da coleta de frutos do mar, o que é feito por mais de 5 mil mulheres. É também uma zona húmida de importância ecológica graças aos seus vastos manguezais e a uma biodiversidade muito importante, concentrando 9% das espécies vegetais do território nacional. A biodiversidade animal é vista em muitas espécies de aves, peixes e fauna terrestre. O local é rico em história devido aos seus aglomerados de conchas.

O Delta do Saloum sofreu todo o peso dos impactos da mudança climática, afetando em muito a vida das comunidades que dependem integralmente de seu meio ambiente e, assim, acentuou a pobreza das comunidades vulneráveis. Observamos o avanço do mar, a erosão costeira, a perda de praias, a desertificação, a redução dos manguezais e outros locais de desova, a perda de terras aráveis e outras pastagens, a salinização da água e a redução ou a insuficiência da disponibilidade de água para irrigação e consumo, bem como para outras atividades produtivas.

Além disso, há a sobrepesca industrial, o crescimento agressivo da indústria pesqueira, as usinas de congelamento de pescado e os resíduos tóxicos resultantes dessas indústrias. Elas competem com a pesca artesanal, que gera empregos locais, capacita a população, principalmente as mulheres, que constituem um grupo muito vulnerável, contribui diretamente para o PIB do país e permite a sobrevivência econômica de muitas famílias, garantindo a sua segurança alimentar. A degradação e a superexploração crescentes dos recursos fazem com que hoje as comunidades do delta, formadas principalmente por pescadores, sejam forçadas a praticar o êxodo rural ou a migrar, muitas vezes ilegalmente, para países europeus. A escassez de recursos pesqueiros faz com que milhares de jovens sejam engolidos pelo Mar Mediterrâneo, tendo preferido correr o risco da emigração ilegal a continuar sofrendo os impactos atrozés das mudanças climáticas e da sobre-exploração dos recursos no seu cotidiano.

Reflorestamento e projeto “carbono azul” em Saloum

Muitas estratégias de adaptação e mitigação estão sendo implementadas em todo o mundo na luta contra as mudanças climáticas, e o Delta do Saloum não é exceção. Observamos que as iniciativas do governo senegalês na região visam fortalecer a resiliência das comunidades, bem como ONGs, grupos da sociedade civil e comitês internos formados pelas comunidades, que estão envolvidos na restauração de ecossistemas degradados em Saloum, a qual pode ser dividida em duas partes: preservação e reparação de ecossistemas.

Para um melhor desempenho das atividades de preservação, será necessário implementar ações concretas que permitam que os manguezais mantenham sua capacidade de renovação e continuem atendendo às necessidades das comunidades que dependem deles. No Delta do Saloum, são realizadas atividades para conscientizar as pessoas sobre os desafios das mudanças climáticas e, finalmente, para evitar certas atividades que degradam os recursos e enfraquecem os ecossistemas. Entre elas, a proibição de determinadas práticas de pesca, desmatamento, extração de areia e conchas das praias para fins comerciais, bem como a poluição da água por lixo doméstico.

As mulheres de Saloum são guardiãs dos seus recursos, pois são responsáveis por trazê-los para casa (água, lenha para cozinhar, comida, etc.). Algumas atividades geradoras de renda foram implementadas para superar as proibições, como cultivo de ostras em clusters, piscicultura, apicultura ou mesmo a criação de estruturas para cozinhar que economizam madeira (como fogões melhorados ou fornos solares).

Para as atividades de restauração, no entanto, há muitos outros atores – e interesses – em jogo. O aspecto mais importante é o plantio em grande escala de manguezais em 25% da área total. Vários atores estão envolvidos nessas atividades, como a ONG Wetlands International; a Agência Francesa de Desenvolvimento, por meio do projeto de política de áreas marinhas protegidas; a IUCN; a corretora de reflorestamento e créditos de carbono WeForest; entre outros. As atividades de reflorestamento são realizadas pela população, que recebe por dia ou por hectare. O fornecimento de propágulos é garantido pela comunidade, mais especificamente pelas mulheres, o que lhes permite obter rendimentos consideráveis durante as campanhas de reflorestamento.

Os grandes programas de reflorestamento de manguezais estão se transformando em projetos de carbono, o que é como um suicídio para o Senegal e a África em geral. Esses projetos de carbono nada mais fazem do que dar às indústrias o “direito de poluir”, sabendo que estudos têm mostrado que oito entre os dez países mais vulneráveis às crises climáticas são africanos. É claro que os projetos de carbono são implementados pelos poluidores para continuar suas atividades devastadoras e restaurar sua imagem.

Esta é a primeira luta que essas comunidades do delta devem travar. O entendimento mais simples desse projeto é que o dióxido de carbono absorvido pelas árvores do mangue poderá “compensar” a poluição causadas pelas empresas. É preocupante que as empresas e ONGs envolvidas nunca

tenham informado à população local quem está administrando o programa de carbono ou se beneficiando dele. É o caso da organização WeForest, que não informou que quem está financiando seu projeto de plantação em grande escala em Saloum e Casamance é, na verdade, a gigante do petróleo Shell.

Chegou a hora do continente africano, principalmente os países vulneráveis, se opor aos muitos projetos de carbono que estão em constante explosão e que só beneficiam os poluidores (às vezes chamados de REDD+, soluções baseadas na natureza, programas de compensação, “carbono azul”, entre outros).

Para vencer essa luta climática, a África deve começar proibindo projetos de carbono no continente e focar na dívida climática, na justiça climática, num fluxo maior do Fundo Verde para o Clima que atualmente é um valor ilusório para o continente africano. Soma-se a isso a urgência de deixar os combustíveis fósseis no subsolo, já que eles são a fonte desses problemas.

Embora a restauração de florestas de mangue seja uma prioridade em Saloum, para aumentar a resiliência das comunidades em um contexto de graves impactos das mudanças climáticas, infelizmente, essas florestas agora também têm que lidar com a exploração de petróleo e gás nas águas senegalesas.

Atuais impactos negativos da exploração de petróleo nas comunidades do Delta do Saloum

O Senegal está em vias de se tornar um grande produtor de petróleo e gás na África, com três grandes projetos em andamento: (1) o projeto de gás da gigante britânica de combustíveis fósseis BP, Grand Tortue Ahmeyim (GTA), (2) o projeto de gás Yakaar-Teranga, também operado pela empresa BP e destinado ao consumo doméstico, e (3) projeto petrolífero em Sangomar, operado pela australiana Woodside. A extração de gás está prevista para 2023, levando a BP a afirmar que o projeto está “criando um novo polo energético na África”. Ao lado dessas gigantes dos combustíveis fósseis está a Shell, que garantiu um novo bloco entre a Mauritânia e o Senegal (GTA).

O poço de petróleo de Sangomar está localizado a 70 km da costa do delta de Saloum, com exploração prevista para 30 anos, próximo das Áreas Marinhas Protegidas de Sangomar e Joal-Fadiouth, uma zona rica em biodiversidade marinha e ornitológica. A exploração de petróleo é uma atividade altamente perigosa e envolve muitas etapas diferentes que terão impacto na biodiversidade e nas atividades socioeconômicas básicas de comunidades vulneráveis. Das fases de perfuração, instalação e operação até o desmantelamento da plataforma, as consequências incluirão alterações na qualidade da água do mar, interrupção dos ciclos reprodutivos, imensas perdas de biodiversidade, redução das áreas de pesca e aumento da pobreza.

Para as comunidades, o Delta de Saloum é uma área de pesca, sua principal fonte de renda. Os peixes já são escassos hoje em dia devido aos efeitos das mudanças climáticas e dos navios

estrangeiros que continuam saqueando os nossos recursos. Famílias de pescadores são obrigadas a ir até águas fronteiriças, onde são presas ou até mortas.

Portanto, a atual exploração de petróleo reduzirá ainda mais as áreas de pesca, e a invasão do meio ambiente por essas atividades acelerará a falta de peixe para essas comunidades vulneráveis. A grande preocupação das comunidades é como conseguirão conviver com a exploração do petróleo nos próximos anos, já que o processo de perda da biodiversidade marinha só se acelerará com o tempo.

Foi com estas preocupações que a saudosa Alimatou Sarr nos deixou. Uma guardiã dos recursos naturais do Delta do Saloum, que desde muito cedo alertou a comunidade para os riscos da exploração do petróleo. Um clamor constante do coração das mulheres das Ilhas Saloum pede pela segurança de seus ambientes. Segundo elas, desde a perfuração dos 23 poços de petróleo ao largo de Sangomar, tem-se verificado uma rápida subida do nível do mar na região, acentuando a erosão costeira e ameaçando o desaparecimento das suas atividades socioeconômicas básicas, que incluem cultivo de ostras, apicultura nos manguezais, coleta de frutos do mar, pesca, produção de sal, processamento de produtos da pesca e turismo ecológico.

O governo do Senegal sempre falou positivamente sobre a exploração de petróleo e gás, evocando os lucros do negócio e os impactos positivos na vida das comunidades. De acordo com o estudo de impacto do governo e com seus discursos, os impactos negativos sobre a biodiversidade e as comunidades não são significativos. Por vezes é mencionada a distância entre o local de exploração e as zonas de pesca, que é bastante longa. Mas se a distância tivesse um impacto positivo na poluição ambiental, seria bom para a África hoje, porque nós contribuimos menos para a poluição e sofreremos mais com os impactos negativos. Não há fronteiras ecológicas.

Não devemos nos esquecer de que essas comunidades que dependem da pesca são vulneráveis em dois níveis:

Em termos climáticos, há uma escassez crescente de recursos naturais, solos pobres, salinização das terras, fome, redução das chuvas, redução da coleta, erosão costeira, perda de biodiversidade, expulsões climáticas e emigração ilegal. Isso acentua a pobreza e o desespero nas comunidades vulneráveis cujas atividades socioeconômicas básicas vêm dos manguezais.

Em termos de compromissos do governo e das empresas, a nova legislação de petróleo e gás leva em consideração apenas a proteção ambiental, que é a limitação legal. O compromisso das empresas é, como sempre, com a RSE (responsabilidade social empresarial), sem nenhum texto vinculativo que defina suas obrigações diretas para com a comunidade em caso de perdas ou danos. Em nível nacional, as regulamentações com relação às comunidades locais dizem respeito ao chamado 'conteúdo local' (CL), o que significa que as operadoras podem integrar empresas e mão de obra locais em seu processo de produção no país de execução.

Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais

Com a futura exploração de petróleo e gás, podemos esperar que os manguezais de Saloum sejam afetados, assim como os manguezais vizinhos de Gâmbia e Casamansa. Além disso, as atividades socioeconômicas básicas das comunidades serão afetadas pelo declínio dos manguezais, a poluição da água, perda considerável de biodiversidade, queda na coleta, desaparecimento de certos habitats e patrimônios culturais e históricos do Delta de Saloum.

As comunidades vulneráveis arcam com o fardo dos efeitos adversos da mudança climática, mesmo que não sejam a causa dela. Soma-se a isso a pressa em explorar petróleo e gás sem considerar os impactos sociais e ecológicos sobre as comunidades e os manguezais. As multinacionais de petróleo e gás, que estão causando a mudança climática, irão exacerbar ainda mais as dificuldades enfrentadas pelas comunidades do Delta do Saloum. Além disso, empresas como a Shell estão vendendo uma imagem “verde” ao financiar grandes plantações de árvores de mangue dentro de um programa de carbono azul que lhes dá direito a continuar suas atividades extrativas.

Aissatou Keita, membro da plataforma nacional de atores para a justiça climática, Senegal

Fonte de informação:

- Greenpeace Africa, 2018: [Oil and gas exploitation in Senegal: new threats to marine and coastal ecosystems](#)
- Advisory Group, 2018: Oil and Gas, Thematic factsheet
- Woodside, [Development of the SNE field phase 1, Environmental and social impact study](#)
- Dr Ndickou Guaye, 2021, Offshore exploitation and influence on the rights of artisanal fishermen
- Ministry of the Environment and Sustainable Development, 2018, [For a sustainable and healthy exploitation of gas and oil resources ; and Evaluation of Sustainable Assets \(SAVi\) of the Saloum Delta in SAVI, Senegal: An economic assessment of the contribution of the Saloum delta to sustainable development, focusing on wetlands and mangroves](#)
- BP, [The Greater Tortue Ahmeyim Project](#)
- African Energy, 2023, [Mauritania, Senegal excites supermajors as Shell gets new block, BP hones GTA plans](#)

A luta das mulheres Dayak para proteger as florestas em Kalimantan Central, Indonésia

[Artigo disponível em Bahasa Indonésia](#)

Este artigo conta a história de um grupo de mulheres de Kalimantan, chamado “Hurung Hapakat”, que significa “Trabalhando Juntas”. Coletivamente, e enfrentando grave repressão, elas retomaram e trabalharam algumas terras das plantações de dendezeiros, para também retomar sua soberania alimentar, sua dignidade e sua sabedoria. E não estão sozinhas.

Os povos indígenas Dayak percebem o universo como uma mãe que cuida, expressando seu amor e sustentando a existência humana por meio de seus recursos abundantes. Eles seguem uma filosofia de vida chamada “*Sesukup Belumbah Adat*”, que significa “onde se pisa a Terra, sustenta-se o céu”. Essa filosofia enfatiza o valor fundamental do respeito ao local onde se vive. Consequentemente, o Povo Dayak prioriza o cuidado de suas florestas como forma de demonstrar respeito ao universo e aos seus ancestrais. Lamentavelmente, a ganância dos que estão no poder tem ameaçado esse cuidadoso equilíbrio do universo.

Contexto

Desde a era da Nova Ordem, (1) durante o regime do ex-presidente Suharto (1966-1998), as terras do povo indígena Dayak, em Kalimantan, têm sido alvo de oportunidades de investimento. A expansão das plantações de dendê na região começou no início da década de 1980. Durante o regime de Suharto, as plantações estatais se expandiram e obtiveram mão de obra através do programa de transmigração, que começou durante o domínio colonial holandês, principalmente para garantir força de trabalho para as plantações em áreas menos povoadas. As licenças para desmatamento de florestas e terras, concedidas pelo Ministério das Florestas durante a década de 80, levaram à destruição de aproximadamente dois milhões de hectares de florestas para a instalação de plantações de dendezeiros e fins de transmigração. O governo também concedeu amplas extensões de terras a conglomerados nacionais do setor madeireiro. Em 1984, as autoridades de Kalimantan Central, por meio do Plano Diretor de Desenvolvimento de Plantações (RIPP, na sigla em bahasa indonésio), designaram o dendê como um produto (*commodity*) a ser cultivado em grande quantidade.

Quando a crise econômica atingiu a Indonésia, na década de 1990, a expansão das plantações de dendezeiros se intensificou. O Fundo Monetário Internacional (FMI) deu um pacote de ajuda ao governo para liberalizar o investimento estrangeiro no setor de óleo de dendê. Sob pretexto de se recuperar da crise econômica, o governo promoveu a expansão de empresas transnacionais que promoviam plantações de dendê, entre elas, a PT. Kalimantan Lestari Mandiri (KLM Ltd), localizada entre as aldeias de Mantangai Hulu e Kalumpang, e a PT. Usaha Handalan Perkasa (UHP Ltd), na aldeia de Mantangai Hulu.

A KLM Ltd. é uma subsidiária de um grupo chinês Tianjin Julong, que tem pelo menos 50 mil hectares de plantações de dendezeiros no país atualmente e mais 140 mil hectares de concessões ainda a serem desenvolvidas. Também possui três plantas industriais, dois armazéns em portos fluviais e uma unidade de processamento flutuante. (2)

Por sua vez, a UHP Ltd., que iniciou suas operações no país em 2010, cobre uma área de mais de 15 mil hectares de plantações de dendezeiros, circundando os distritos de Kapuas Hulu Barat e Mantangai. Os moradores desses distritos perderam suas terras férteis sem qualquer explicação sobre a licença.

A enorme expansão das plantações de dendezeiros, entretanto, não tem sido suficiente.

Kalimantan também passou a ser alvo de um grande Programa de Fazendas de Alimentos, cujo objetivo declarado é superar a crise alimentar, mantendo os estoques nacionais de alimentos, principalmente arroz. O programa deverá ser implementado em terras onde havia o antigo Desenvolvimento de Turfeiras (PLG), (3) bem como em terras privadas pertencentes a residentes em Kalimantan Central. As Fazendas de Alimentos foram incluídas no Programa Estratégico Nacional (PSN) 2020-2024, mas não são diferentes de políticas anteriores que visavam principalmente abrir caminho para a expropriação de terras. De acordo com uma análise recente, mais de 1.500 hectares de florestas, incluindo turfeiras, foram desmatados para o programa das Fazendas de Alimentos. (4)

Além disso, o governo iniciou a implementação de seus planos para construir uma nova capital nas florestas de Kalimantan Oriental, gerando mais impactos para as comunidades indígenas. (5) Ao mesmo tempo, a corrida por “concessões de carbono” voltadas a vender créditos a empresas e governos poluidores aumenta a pressão sobre as terras indígenas e tem efeitos negativos para seus habitantes. (6)

Resistência para preservar a sabedoria local

Em todos os relatos de expropriação de terras, a resistência e a luta surgem inevitavelmente como resposta.

Dijah é uma mulher Dayak que corajosamente assumiu um papel de liderança quando sua terra foi confiscada pela UHP Ltd. Com mulheres de Mantangai, ela organizou uma manifestação em agosto de 2013 para remover as sementes de dendê e substituí-las por sementes de seringueira. Elas repetiram essa ação em dezembro de 2014. Além disso, em junho de 2020, impediram corajosamente o acesso da UHP à terra delas, instalando um portão de madeira e ocupando a área por 12 dias. Dijah continua empenhada em proteger suas terras ancestrais, independentemente das ameaças que enfrenta. “Pessoalmente, não tenho medo porque é a herança legítima que recebi de meus ancestrais”, ela expressou com convicção durante uma conversa com membros da organização feminista indonésia Solidaritas Perempuan, em outubro de 2022.

Segundo Dijah, o processo de tomada das terras ocorreu de forma abrupta. Ela explicou como a empresa aproveitou sua ausência e limpou o terreno rapidamente. “Quando voltamos, a terra já havia sido limpa e nossas árvores recém-plantadas haviam sido destruídas”, contou. Embora Dijah reconheça as graves consequências do exercício da resistência, as mulheres Dayak consideram a defesa de sua terra um imperativo, independentemente da intimidação persistente que enfrentam.

A BRIMOB (Brigada Móvel), que é a unidade de operações especiais, paramilitar e tática da Polícia Nacional da Indonésia, deteve Dijah, mas, com o apoio do coletivo, ela manteve a coragem e até a fortaleceu.

Desde o conflito pela terra, Dijah e outras mulheres em Mantangai têm organizado ativamente um grupo coletivo chamado “*Hurung Hapakat*”, que significa “Trabalhando Juntos”. A partir de sua fundação, em 2017, 25 mulheres conseguiram recuperar meio hectare que estava sob controle da UHP Ltda. Nessa terra, elas plantaram vários tipos de vegetais para suprir a subsistência alimentar da família – como feijão, couve, berinjela, pimenta, gengibre, capim-limão, açafrao, pepino e galanga. Juntas, elas trabalham a terra. Essa iniciativa também prospera na plantação de arroz local, usando sementes e saberes tradicionais.

A empresa ainda ameaça denunciá-la à polícia. “Eles exploram a falta de familiaridade das pessoas com os procedimentos judiciais como instrumento de terror”, explicou. Apesar de tudo, Dijah encontra força e empoderamento na resistência que exerce como parte de um coletivo. O espaço seguro que essas mulheres estabeleceram e mantêm serve como plataforma para discussões, incluindo questões relacionadas à ameaça de criminalização, o que dá a ela um sentimento de apoio.

Uma das preocupações do coletivo é a substituição das sementes de arroz locais devido ao uso em massa de sementes híbridas, como consequência da mercantilização desse grão sob a lógica capitalista de produção.

Uma maneira fundamental de preservar as sementes locais na sabedoria indígena Dayak é a prática do cultivo itinerante, mas muitas sementes são danificadas e não podem mais ser plantadas. Isso porque agora a terra é limitada e as condições do solo são diferentes, além da complexidade de aplicar suas práticas ancestrais nessas circunstâncias e a dificuldade de compreender as mudanças da natureza.

As Fazendas de Alimentos que ignoram as práticas ancestrais também agravam a situação. As sementes de arroz plantadas nessas propriedades são de tipos comerciais, como a Inpari 16. Consequentemente, esse projeto é incompatível com as características do solo predominante em Kalimantan: a turfeira. Segundo as mulheres Dayak, as Fazendas de Alimentos têm potencial para danificar seus ambientes em vez de gerar prosperidade, como afirma o governo. “Depois que todas as nossas plantações locais foram eliminadas, como podemos prosperar?”, afirmou Dijah.

Para garantir a proteção de suas terras, as mulheres Dayak adotaram uma abordagem estratégica com relação ao cultivo. Remi, outra participante do coletivo Hurung Hapakat, acredita firmemente que cultivar a terra é uma forma tangível de defendê-la. “Se permitirmos que o mato cresça demais, as pessoas vão considerar a terra ociosa e vão se sentir no direito de tomá-la, mas se a cultivarmos sempre, elas já não se atreverão a fazer isso”, afirmou com convicção, em outubro de 2022.

O processo permanente de recuperação das terras está intimamente ligado à conscientização por meio de discussões e reuniões, principalmente sobre a continuidade desse movimento de mulheres. Sri, também integrante do Hurung Hapakat, explica: “É fundamental ter um movimento de mulheres, porque às vezes elas são vistas como fracas quando agem sozinhas, mas quando nos reunimos como grupo, nossas vozes são ouvidas mais facilmente”, enfatizando a vital importância de criar e manter esse movimento.

Tecendo ratã, costurando esperança

Mulheres organizando juntas a sua resistência não é algo que aconteça apenas em Mantangai. Outro coletivo também foi criado na aldeia de Kalumpang, regência de Kapuas, em Kalimantan Central. Sua resistência ao desmatamento em grande escala fomentou um sentimento de solidariedade entre as mulheres da aldeia. Quando as autoridades ignoram suas vozes e demandas, elas encontram maneiras de fortalecer umas às outras.

Infelizmente, a construção social sobre os papéis de gênero dentro da aldeia faz com que as decisões coletivas sejam tomadas de forma muito tendenciosa, baseadas apenas em homens. Devido a isso, muitos dos projetos na aldeia são realizados sem conhecimento nem consentimento das mulheres. Essa situação as encorajou a propor um Regulamento da Aldeia que promove e facilita o envolvimento delas nas decisões. A iniciativa teve uma resposta positiva do chefe da aldeia, que demonstrou vontade de adotar e apoiar o aumento da participação feminina nas decisões. Para Rica, uma mulher da aldeia de Kalumpang, “as mulheres têm um papel muito importante nas decisões”.

As mulheres de Kalumpang também formaram dois grupos visando a independência econômica: um grupo de colheita coletiva e um grupo de tecelagem de ratã. O primeiro tem 20 integrantes e visa cultivar hortaliças para suas necessidades diárias, garantindo a soberania alimentar, enquanto o segundo tem oito participantes e é voltado a preservar seus conhecimentos tradicionais de tecelagem.

De acordo com a filosofia de vida Dayak, Rica e as mulheres Kalumpang continuam mantendo o equilíbrio de suas vidas nas florestas ao preservar e respeitar o que está ao seu redor, incluindo o ratã, que foi totalmente queimado durante os incêndios florestais de 2015. “Desde então, tem sido difícil de encontrar, então começamos a plantá-lo novamente, para torná-lo ainda útil”, disse Rica.

Através do ratã, grupos de mulheres em Kalumpang introduziram vários tipos de objetos produzidos com tecelagem – desde bolsas, acessórios, tapetes e várias outras formas de artesanato. A tecelagem também torna as discussões delas bem mais agradáveis. Atualmente, muitas pessoas conhecem seus produtos através de suas vendas coletivas. Outra vantagem é que também pode ajudá-las a prolongar a luta. Enquanto elas tecerem, aquele ratã ainda estará no solo de Kalimantan. “Plantando ratã ou outras árvores – é assim que também defendemos nossa terra”, disse ela com entusiasmo.

Uma reflexão sobre e com o povo Dayak nunca estará completa sem refletir sobre Kaharingan, a religião indígena dos Dayak. Kaharingan significa “existir, crescer ou viver”. É simbolizado pela *Garing*, ou árvore da vida, que significa equilíbrio ou harmonia no relacionamento entre os seres humanos, entre eles e a natureza, e entre eles e Deus. O povo Dayak, principalmente os Benawan Dayak, defende o valor do respeito à terra, à água e às florestas. Para eles, tudo isso contém vida, que deve ser protegida permanentemente. Portanto, o Povo Dayak é muito sábio no modo como trata a natureza e também na construção de sua vida social, de acordo com a orientação de seus ancestrais, que está contida na expressão “*Haga Lewun Keton, Petak Danom, ela sampai tempun petak nana sare*”. Essa ideia é internalizada pelo povo Dayak para proteger suas aldeias e terras.

**Annisa Nur Fadhilah,
Solidaritas Perempuan – Indonésia**

(1) Nova Ordem (em bahasa indonésio: *Orde Baru*, abreviado *Orba*) é a expressão cunhada pelo segundo presidente indonésio, Suharto, para caracterizar sua administração, desde que chegou ao poder, em 1966, até sua renúncia em 1998.

(2) China Dialogue, From palm to Plate, <https://chinadialogue.net/en/food/from-palm-to-plate-tracing-sustainable-palm-oil-along-the-supply-chain/>

(3) O presidente Suharto emitiu um decreto presidencial em 1995 para estabelecer campos de arroz em um milhão de hectares de turfeiras de Kalimantan Central. Em 1999, o presidente B. J. Habibie encerrou o projeto, mas já haviam sido causados danos enormes, com muitas comunidades afetadas. As turfeiras degradadas já não podem funcionar como reservatório de água ou regulador hidrológico, resultando em muita flutuação dos níveis das águas subterrâneas, o que leva a inundações frequentes durante a estação chuvosa e incêndios durante a estação seca. Atualmente, existem dezenas de concessões para plantações de dendê nessa área. Há incêndios frequentes nessas concessões, mas as empresas proprietárias raramente são cobradas. Veja mais em

<https://jakartaglobe.id/opinion/food-estate-project-new-ecological-disaster-brewing-in-kalimantan>

(4) <https://news.mongabay.com/2023/04/high-carbon-peat-among-1500-hectares-cleared-for-indonesias-food-estate/>

(5) <https://www.wrm.org.uy/bulletin-articles/the-coercion-the-indonesias-new-capital-city-mega-project-and-the-neglect-the-balik-peoples-voices>

(6) <https://www.wrm.org.uy/15-years-of-redd-the-Katingan-REDD-Project-in-Indonesia>

Podcast: “México: Mulheres da costa de Chiapas perante o dendê”

Organizações de mulheres resistem ao avanço de uma monocultura que invade suas terras e gera escassez e contaminação da água. Neste podcast, elas explicam a situação que estão vivendo e sua luta. O trabalho foi realizado pelos grupos Mujeres de la Costa de Chiapas ante la Palma Aceitera e Mujeres de la Costa en Rebeldía, em colaboração com o WRM.

Organizações de mulheres do estado de Chiapas, no sul do México, travam uma luta para conter o avanço das monoculturas de dendê. Essas plantações invadem terras férteis onde as comunidades cultivam alimentos e criam animais. Além disso, consomem grande quantidade de água e poluem o meio ambiente, o que causa escassez e doenças.

As plantações começaram a se expandir no final dos anos 90, com o incentivo de empresas do setor em conluio com os governos. Hoje, o estado de Chiapas concentra cerca de 44% de todo o dendê cultivado no México. Uma das modalidades de expansão são os contratos com famílias camponesas para que produzam dendê em suas terras, o que tem trazido muito mais problemas do que benefícios para as comunidades.

Neste podcast, produzido pelas organizações Mujeres de la Costa de Chiapas ante la Palma Aceitera e Mujeres de la Costa en Rebeldía, em colaboração com o WRM, membros das organizações falam sobre os impactos dessa monocultura e sobre sua luta. Os nomes são omitidos por segurança.

Convidamos vocês a ouvir e compartilhar:

<https://youtu.be/wyzAmhGeBY8>

Transcrição em português:

Locução: uma produção de Mujeres de la Costa en Rebeldía, juntas pela vida, em defesa dos territórios. Em colaboração com o Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais

Locução: Vamos viajar ao México, à costa de Chiapas. Uma região de praias e manguezais banhados pelas águas do Pacífico, que convivem com a fauna e a flora dos campos e das serras. Um território onde as mulheres constroem sua realidade e defendem a terra.

Mulher entrevistada 1: Como começamos a lutar? Primeiro, conhecendo nossos problemas, reconhecendo o que estamos vivendo e sofrendo, como estamos lutando, compartilhando nossas experiências, o que está acontecendo em nossas comunidades, o que está

acontecendo em nossas casas, o que está acontecendo em nossos territórios, como estamos lutando, conhecendo outros espaços.

Locução: No estado de Chiapas, no sul do México, concentram-se cerca de 44% de toda a superfície de dendê do México, com quase 50 mil hectares plantados. Atualmente, o dendê ocupa cerca de 30 mil hectares apenas na região da chamada costa de Soconusco, o que a torna a maior área de avanço dessa monocultura. Conversamos com as Mujeres de la Costa en Rebellía, que nos expliquem o impacto do dendê em seu território e nos contem sobre sua luta.

Mulher entrevistada 2: Aqui na costa, nós, mulheres, já estamos sendo invadidas pelos dendezeiros, como eles chamam. Estamos nos dando conta de que o dendê estraga a terra, e não só a terra, mas também o meio ambiente. Onde eles processam o “coquillo” (fabrico de farinha a partir da amêndoa do fruto do dendê), toda aquela cinza que cai é prejudicial à saúde.

Locução: A monocultura do dendê começou a se expandir em Chiapas no final da década de 90, com forte impulso do Estado e de empresas do setor. Com subsídios econômicos, entrega de mudas e promessas de obtenção de grandes benefícios econômicos, famílias camponesas foram estimuladas a plantar dendê em suas terras e assinar contratos com as empresas.

Mulher entrevistada 3: Contra os megaprojetos que estão sendo muito usados... Pelo menos o dendê está causando mais prejuízos e nos tirando a água, está prejudicando muito as roças, o gado está ficando sem água. Não dá mais para cultivar outros tipos de plantas, tem que ser só isso, e não tem outros frutos além desses. Onde há dendezeiros não se encontra, nesse modelo, outra planta que não seja puro dendê, dendê, dendê, dendê. As vacas já estão em um lugar muito distante.

Mulher entrevistada 1: O que temos visto dos dendezeiros nos territórios é que a maioria deles foi plantada perto de rios. Esse rio era muito poderoso, cinco anos atrás. Atualmente, é um rio seco, um rio poluído, com muita gordura, com muita nata, dizem eles. Eles não dizem gordura. Com uma nata que é parecida com azeite, com petróleo, por cima, não é? Que vai pelos veios da terra ou dos afluentes e chega aos poços das casas. E aquela nata também se cria nesses poços, e aí [a água] não serve nem para lavar roupa, muito menos para beber.

Mulher entrevistada 2: As roças que são plantadas não são mais colhidas da mesma forma que antes porque o solo já ficou muito seco e aquela planta absorve muita água.

Locução: Desde os primeiros anos de cultivo, os rios, córregos e nascentes próximos ao dendê são contaminados pelo uso de agrotóxicos, gerando doenças que duplicam e triplicam o trabalho de cuidado feito pelas mulheres que moram próximas a essas plantações, além de afetar seu acesso à água para consumo doméstico, higiene pessoal, preparo de alimentos e

lavagem de roupa. Esses agrotóxicos, como glifosato, atrazina, mancozeb, benomyl e paraquat, entre outros, são proibidos para venda comercial no México. Seus impactos incluem esterilidade, danos pulmonares, malformações genéticas em fetos, efeitos cancerígenos, doença renal crônica, e afetam principalmente as mulheres e sua saúde reprodutiva.

Mulher entrevistada 3: Por causa dos químicos, se a gente beber aquela água que tem químicos e tudo, claro que a gente fica doente de câncer, a gente fica doente de tudo na pele, no corpo.

Mulher entrevistada 1: Bom, no nosso corpo ele traz muitas doenças, como depressão, pressão alta. Nosso corpo sente, né? E mais ainda quando há muita poluição na água, não importa se a gente chamar de plástico, lixo, resíduo, esgoto.

Mulher entrevistada 3: Porque para poder matar uma plantação de dendê, eles acham que queimando já morreu. Outros não, já sabem que têm que fazer um buraco no centro da planta e adicionar produtos químicos. E quando você coloca o produto químico na planta, ele vai direto para a raiz para que ela morra. E essas raízes, onde estão? Estão ligadas aos rios, e muita gente ainda bebe água dos rios, das nascentes, e por isso eu acho que nós também estamos ficando muito doentes quando matam essa planta de dendê, porque ela forma uma espécie de tapete muito grosso, e essa espessura do dendê é um tapete muito denso e não deixa a água passar. Esse tapete está levando, absorvendo, toda a água.

Locução: O impacto na disponibilidade e na qualidade da água está relacionado não apenas à expansão das plantações, mas também ao processamento do óleo de dendê bruto. Em Chiapas, existem onze processadoras de óleo bruto, que depois é refinado como óleo vegetal em fábricas localizadas nos estados de Veracruz e Jalisco. Cada uma dessas processadoras de óleo bruto incentiva a expansão do plantio de dendê.

Mulher entrevistada 3: Estamos fazendo muitas visitas a muitos lugares onde eles ainda planejam cultivar esses dendezeiros, e estamos apresentando vídeos para mostrar como está tudo, como isso os afeta. No começo, as pessoas pensaram que iam ganhar muito dinheiro, e estão pagando 1,99 dólar por quilo de fruto que conseguirem, e dá um trabalhão!

Mulher entrevistada 1: Estamos conscientizando para que vejam o aspecto negativo desses megaprojetos para a saúde – a poluição – e para o meio ambiente. Mas também não é suficiente arrancar o dendezeiro, porque as raízes estão lá, e são tão profundas no subsolo que são tecidas como uma trama muito forte. E continuam puxando água. Então conscientizamos as pessoas, dizendo que não é assim que se conseguem recursos econômicos, e sim o contrário. Esse dinheiro que elas acham que vai servir para terem aquele recurso econômico não vai ser o suficiente quando elas pegarem uma doença grave, que toda a poluição trazida pelas plantações de dendê vai causar.

Mulher entrevistada 2: E tem a pessoa que já fez colheitas e finalmente, 20 anos depois, percebeu os estragos causados pelo dendê. Então isso nos ajuda a fazer uma comparação, e agora a gente tem mesmo que se reafirmar e dizer NÃO, NÃO ACEITAMOS o dendê, somos contra o dendê.

Mulher entrevistada 1: Bom, queremos convidar todas as mulheres a continuarem se organizando, a não desistir. Consideramos que nossa luta é pela vida, e temos que seguir em frente.

Locução: A luta das mulheres organizadas contra o modelo agroextrativa do dendê se desenvolve na busca não só pela erradicação dessa monocultura, mas também pela participação igualitária nas decisões sobre seus territórios, suas terras, sua produção, suas vidas e seus corpos.

Locução: Uma produção de Mujeres de la costa de Chiapas. Mujeres de la Costa en Rebeldía, juntas pela vida, em defesa dos territórios. Em colaboração com o Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais.

Certificação de carbono: “A roupa nova do rei”

Este artigo reflete sobre o papel instrumental que os esquemas de certificação de créditos de carbono desempenham na estrutura da economia verde, bem como sobre os interesses e as contradições intrínsecas ao processo de certificação.

“A roupa nova do rei” é um conto notável de Hans Christian Andersen, no qual o rei paga muito dinheiro para dois vigaristas que se fazem passar por tecelões que supostamente produzem roupas incríveis para ele, invisíveis para os burros ou incompetentes. No final, o rei posa sem roupas na frente do povo e, apesar de ninguém conseguir ver as roupas novas, todos fingem que estão vendo – o povo, o rei e, é claro, os falsos tecelões.

Os certificados de créditos de carbono têm muito em comum com essa história. Afinal de contas, ambos tratam de um produto que ninguém pode ver. Além disso, em ambos os casos, a falsa narrativa é sustentada por supostos especialistas que certificam tecnicamente se o produto é real e se cumpre com o seu propósito. A principal diferença é que, no caso dos créditos de carbono, os principais compradores da mercadoria intangível – as empresas – não são tolos e ingênuos como o rei. Pelo contrário, as empresas, aliadas a governos e ONGs conservacionistas, reforçam a falsa narrativa de compensações de carbono certificáveis, a fim de manter e ampliar seus lucros que dependem de combustíveis fósseis.

O objetivo deste artigo é refletir sobre o papel decisivo que a certificação desse novo ativo (o crédito de carbono) desempenha na estrutura da economia verde, bem como destacar os interesses e as contradições que estão intrinsecamente ligados à sua criação.

A certificação como elemento-chave dos mercados de carbono

A maioria das empresas já aderiu a algum tipo de meta de “emissões líquidas zero” ou propaganda de “neutralidade climática”. Em seus sites, empresas dos setores de combustíveis fósseis e aviação vendem histórias sobre como estão “protegendo florestas” e investindo em “soluções naturais” e energias “limpas”. No entanto, essas histórias correm em paralelo a uma realidade de extração e consumo contínuos ou até mesmo crescentes de combustíveis fósseis; planos de expansão que vão muito além de 2050. As compensações de carbono estão no centro dessa contradição.

Em resumo, cada crédito de carbono permite que o comprador emita uma tonelada de dióxido de carbono ou um gás de efeito estufa equivalente. As empresas multinacionais são as principais compradoras desses créditos, embora governos e até mesmo pessoas físicas também possam comprá-los. Portanto, as empresas estão comprando “licenças para (continuar a) poluir”.

Mas como é produzido, de fato, um crédito de carbono?

Os créditos de carbono podem ser gerados a partir de vários tipos de projetos de compensação, como a substituição de combustíveis, principalmente por geração de energia renovável; gerenciamento de resíduos; plantação de árvores em larga escala, criação de áreas protegidas para evitar o desmatamento etc. Em geral, qualquer iniciativa capaz de seguir determinadas

metodologias para eliminar ou reduzir o dióxido de carbono, bem como para evitar sua liberação na atmosfera, pode “candidatar-se” a gerar créditos de carbono para serem vendidos no mercado.

A única exigência é que cada projeto tenha um documento que mostre uma descrição explicando como esse projeto não teria sido realizado na ausência do mercado de carbono – o aspecto da “adicionalidade”, como é chamado no jargão do carbono.

Por exemplo, quando o projeto está relacionado à “proteção de uma área florestal”, o argumento é que, sem o projeto, essa área florestal seria destruída ou degradada e, conseqüentemente, uma grande quantidade de dióxido de carbono seria liberada na atmosfera. Portanto, o carbono “armazenado” nessa área é considerado “adicional”, pois “evitou emissões” que, de acordo com a descrição dos desenvolvedores do projeto, teriam sido emitidas sem o projeto de compensação.

A diferença entre os dois cenários hipoteticamente previstos (com e sem o projeto de compensação) calcula quantos créditos de carbono serão gerados. Portanto, a descrição apresentada pelos desenvolvedores do projeto é uma peça fundamental para decidir se o projeto pode realmente ser considerado uma compensação, bem como para definir quantos créditos o projeto produzirá. Essa descrição, juntamente com a metodologia e outros aspectos técnicos, deve ser analisada por um órgão de certificação.

Quando se pensa em certificação, a imagem que vem à mente pode ser a de produtos que têm um rótulo indicando que seus ingredientes ou componentes foram produzidos por meio de “práticas sustentáveis” ou algo do gênero. Para que os produtores tenham permissão para usar esses rótulos em seus produtos, eles geralmente precisam contratar um sistema de certificação pago, cuja função é auditar o processo de produção. Há muitas falhas estruturais e desequilíbrios de poder nesses rótulos de certificação, inclusive a mensagem implícita aos consumidores de “continuem comprando”, o que permite a expansão do controle corporativo sobre terras e meios de subsistência de camponeses e indígenas. (1) Nesse caso, o produto a ser vendido existe independentemente de ter o rótulo, e o papel da certificação é agregar valor extra ao produto e lucros aos seus produtores.

No entanto, no caso das compensações de carbono, a certificação assumiu um papel diferente e muito mais decisivo, no qual o próprio processo de certificação é o que gera o produto final.

Mas quem é responsável pela certificação? E quem são os atores envolvidos nos mercados de carbono?

Certificando uma história colonial: como são gerados os créditos de carbono?

Para ilustrar de forma sucinta como os créditos de carbono podem ser gerados, usaremos como exemplo um projeto de REDD+, que é o tipo de projeto que lidera as emissões de créditos no mercado voluntário de carbono mundial. (2)

O objetivo declarado de um projeto de REDD focado em “desmatamento evitado” é proteger uma determinada área contra o desmatamento e, portanto, evitar as emissões que seriam liberadas caso o projeto não tivesse ocorrido. Todo projeto de REDD baseia-se nessa narrativa, que é uma previsão hipotética do que aconteceria com aquela floresta no futuro se o projeto não fosse realizado.

A maior parte dos documentos de projetos de REDD enfatiza a ideia de que as comunidades que vivem dentro e ao redor dessas florestas devem ser responsabilizadas pelo desmatamento. O que desvia o foco da destruição corporativa em larga escala que de fato impulsiona o desmatamento e a degradação florestal. Isso é fundamental para legitimar a “necessidade” de intervenção externa (e dinheiro) para interromper ou mudar as práticas locais. Essas narrativas são, portanto, colonialistas, pois sempre retratam o futuro como algo estatisticamente previsível. Como resultado, os povos indígenas e as comunidades camponesas que dependem dessas áreas são concebidos como seres previsíveis, sujeitos aos preconceitos racistas das mentes colonialistas. (3)

Os projetos de REDD sempre apresentam os piores cenários de desmatamento se os projetos não fossem realizados. Em seguida, com base em uma determinada metodologia, o desenvolvedor do projeto apresenta um cálculo de quanto desmatamento (e, portanto, dióxido de carbono) será evitado nos próximos 40, 50 ou até 100 anos.

Depois disso, o projeto precisa ser aprovado por uma certificadora, também conhecida como padrão de carbono ou registro de carbono. Quatro certificadoras principais representam quase todas as compensações do mercado voluntário do mundo: Verra (VCS), American Carbon Registry (ACR), Climate Action Reserve (CAR) e Gold Standard. São organizações que, pelo menos no papel, não têm fins lucrativos. Elas verificam e emitem créditos de carbono e mantêm registros com dados de cada projeto e créditos emitidos. O número de série emitido para cada tonelada de dióxido de carbono rastreia cada um dos créditos gerados.

A maior certificadora é a Verra, uma organização sem fins lucrativos que, no final de 2022, havia emitido 64% de todas as compensações de carbono em todo o mundo, e mais de 70% se considerarmos apenas os projetos florestais e de uso da terra. (4) Ela opera praticamente como uma empresa e recebe US\$ 0,20 por cada crédito emitido. (5) O salário base do CEO fundador da Verra – que se demitiu recentemente após os escândalos sobre os créditos de carbono de baixa qualidade da Verra – era quase o mesmo que o do presidente dos EUA. (6)

Um sistema de certificação como o Verra inclui um órgão de validação/verificação que é responsável por, primeiro, validar a hipótese do projeto e seus cálculos de carbono e, segundo, verificar o desenvolvimento do projeto. Posteriormente, a certificadora emite os créditos de carbono e os desenvolvedores do projeto recebem o direito de vendê-los diretamente aos compradores de créditos de carbono ou a corretores.

Além de um processo de certificação que gera uma mercadoria abstrata, vale a pena ressaltar que os mercados de carbono também estão entrando na esfera da economia digital, principalmente

com o que é conhecido como “criptomoedas” e “tokenização” de ativos digitais. (7) As corretoras de criptomoedas vendem e compram coisas que materialmente não existem. E é isso que os mercados de carbono fazem: comercializam créditos que não existem na realidade. A “tokenização” dos créditos de carbono é tecnicamente possível, uma vez que esses são, por definição, ativos digitais e que cada um está vinculado (pelo menos em teoria) a uma iniciativa de compensação concreta (por exemplo, uma área de floresta supostamente protegida por um projeto REDD), o que os torna singulares e únicos.

Essa tendência atrai toda uma nova gama de “operadores digitais” para os mercados de carbono, aumentando a já elevada pressão sobre os territórios aptos a receber projetos de carbono e sobre os povos que os habitam. Além disso, o aprofundamento da digitalização e da imensa centralização de dados por parte das grandes empresas (sobre territórios, terras férteis e populações que dependem da floresta) representa uma enorme ameaça. Essa digitalização dos territórios permite outra camada de desapropriação que reforça ainda mais os mecanismos de vigilância e controle da terra, das florestas, do solo, das águas, dos manguezais e até mesmo das práticas culturais.

Certificação de carbono: uma contradição em termos

Há muitas contradições na geração e no uso de créditos de carbono, com os rótulos de certificação servindo apenas para legitimar um sistema que perpetua a continuidade da economia baseada em combustíveis fósseis. Uma incongruência central insolúvel na lógica da compensação de carbono é que enquanto, por um lado, as emissões (a serem compensadas) são materialmente reais e impactam o mundo real, por outro lado, a compensação (crédito) é sempre hipotética. Esta seção destaca algumas das principais contradições.

Inverificabilidade

A primeira contradição a ser destacada é a inverificabilidade da descrição feita pelos desenvolvedores dos projetos de carbono. Apesar do fato de que poucas pessoas são capazes de analisar os documentos de certificação, que ocultam pressupostos altamente políticos sobre os processos de desmatamento por trás de fórmulas matemáticas complexas e linguagem técnica, é impossível prever o futuro. As metodologias usadas para fazer essas histórias do tipo “cartomante” são sempre influenciadas pelos interesses dos desenvolvedores (e das certificadoras).

As certificadoras, em particular, estão altamente interessadas em aprovar os projetos com as previsões mais altas e mais improváveis de serem alcançadas. Quanto mais créditos de carbono elas emitem, mais elas são pagas pelos proprietários do projeto. O resultado geral dessa falta de verificabilidade tem sido superestimar as emissões reduzidas, eliminadas ou evitadas pelos projetos de compensação.

Interesses e superestimativas

As certificadoras não são de modo algum imparciais. Grande parte do dinheiro dos projetos de REDD, por exemplo, fica com as certificadoras, corretores e verificadores dos projetos. Em janeiro de 2023, uma reportagem do portal de notícias Follow the Money expôs como a certificadora South Pole havia ganhado milhões de dólares comprando compensações do projeto Kariba REDD+ no Zimbábue por US\$ 0,45 e vendendo-as por mais de US\$ 18. (8)

Nessa linha, uma investigação aprofundada divulgada em janeiro de 2023 por um consórcio de um grupo de jornalistas descobriu que mais de 90% das compensações de carbono da Verra relacionadas a florestas tropicais não tinham valor. (9) Além disso, um estudo da Universidade de Cambridge analisou 32 projetos que, em conjunto, alegam cobrir florestas do tamanho da Itália, mas, na realidade, só foi possível avaliar que uma área infinitamente menor foi de fato “protegida”, aproximadamente do tamanho da cidade de Veneza. (10)

Quando questionado sobre as falhas reveladas pelo estudo, o porta-voz da Verra simplesmente disse: “Se algo acontecer e um projeto for percebido como tendo sido creditado em excesso, isso deve ser uma decisão de mercado”. Entretanto, isso simplesmente evidencia como não há “simplesmente ninguém no mercado que tenha um interesse genuíno em dizer quando algo dá errado”, conforme apontado pelo estudo! De fato, quem faria isso? O desenvolvedor ganha dinheiro vendendo as emissões supostamente evitadas, altamente superestimadas. Certificadoras e auditores ganham dinheiro atestando que, em princípio, tudo está correto.

Colonialismo renovado

Esse círculo vicioso de inverificabilidade, interesses e superestimativas, juntamente com outras contradições, permite que a certificação de projetos de carbono contribua para a contínua expansão do controle corporativo sobre territórios e comunidades.

Isso é demonstrado, por exemplo, pela simplificação e redução de territórios florestais complexos à contabilização de moléculas de dióxido de carbono, o que encobre e silencia processos violentos de desapropriação e opressão históricas de populações que dependem da floresta. Isso também destrói a imaginação e a diversidade dos povos indígenas e das comunidades camponesas, bem como suas relações e coexistências com e entre seus territórios. O foco na contabilização das moléculas de carbono também apaga os conhecimentos e as práticas ancestrais de muitos outros mundos existentes.

Outra manifestação da natureza colonial intrínseca da certificação de carbono são as consequências muitas vezes violentas e os crimes cometidos contra pessoas que dependem da floresta por projetos que foram certificados por meio de certificadoras de carbono. As certificadoras são cúmplices de projetos que expulsaram comunidades e destruíram casas e meios de subsistência ou que impuseram mudanças em sistemas de longa tradição de uso e existência de suas terras. (11)

Validação da expansão da economia baseada em combustíveis fósseis

Uma economia capitalista baseada em combustíveis fósseis não diz respeito apenas ao poderoso papel das empresas de combustíveis fósseis, mas também aos agronegócios que consomem grandes quantidades de combustíveis fósseis; aos setores de aviação e transporte; ao setor digital; ao setor militar; ao sistema financeiro, que depende em grande parte do dinheiro vinculado aos combustíveis fósseis; entre muitos outros. O capitalismo requer constantemente a energia dos combustíveis fósseis e a compensação é o mecanismo que permite sua expansão.

As empresas que compram os créditos de carbono estão cientes de que a certificação é um elemento fundamental para sustentar o conceito errôneo de compensação de carbono, do qual muitas delas dependem fortemente para fazer a “lavagem verde” (greenwashing) de suas atividades poluentes. O crescimento exponencial dos mercados de carbono reflete os benefícios significativos que os créditos de carbono geraram para essas empresas.

Assim, o espantoso aumento na receita dos padrões ou registros de carbono é uma grande evidência de que eles foram bem recompensados. (12) Enquanto isso, fica cada vez mais claro que os esquemas de certificação de carbono não apenas não contribuem para resolver o caos climático, mas, ao contrário, o tornam ainda pior, pois legitimam a expansão da economia baseada em combustíveis fósseis e, portanto, aumentam o poder das corporações.

“O rei está nu!”

Definitivamente, é hora de expor as certificadoras pelo que elas são. É hora de abrir os olhos e ver que o rei não está usando roupa alguma. As pessoas precisam concordar com a criancinha que, em vez de participar da armação, aponta o dedo para a cena e diz o óbvio: “O rei está nu!” – ou, na versão dos créditos de carbono, “os créditos de carbono são uma farsa completa!”.

Secretariado Internacional do WRM

(1) Leia mais sobre esquemas de certificação aqui: <https://www.wrm.org.uy/subjects/certification-schemes>

(2) Os projetos de REDD+ representam 25% das emissões de créditos no mercado voluntário de carbono mundial, seguidos pelos projetos de energia eólica (15%) e pelo Manejo Florestal Aprimorado (11%). Essa classificação considera as emissões dos quatro principais registros de projetos de compensação voluntária - American Carbon Registry (ACR), Climate Action Reserve (CAR), Gold Standard e Verra (VCS) - que representam quase todas as compensações do mercado voluntário mundial.

<https://gspp.berkeley.edu/research-and-impact/centers/cepp/projects/berkeley-carbon-trading-project/offsets-database>

(3) Leia mais sobre os impactos do REDD sobre territórios e comunidades aqui: www.wrm.org.uy/15-years-of-redd-ending-colonialism

(4) Idem nota de rodapé número 2.

(5) As tabelas de tarifas de 2023 da Verra são apresentadas aqui: verra.org/verra-publishes-updated-fee-schedules/

(6) Em 2021, a remuneração do CEO da Verra foi de US\$ 345.272 contra US\$ 400.000 do presidente dos EUA, de acordo com as seguintes fontes: projects.propublica.org/nonprofits/ e o Código dos EUA (Capítulo 3, Seção 102).

(7) Leia mais sobre isso no REDD-Monitor, reddmonitor.substack.com/p/crypto-and-carbon-offsets-a-scam?utm_source=%2Fsearch%2Fcrypto&utm_medium=reader2

(8) Valores aproximados em US\$ considerando a referência original em Euros. Follow the Money, 2023, O projeto vitrine do maior comerciante de carbono do mundo resultou, na verdade, em mais emissões de carbono, www.ftm.eu/articles/south-pole-kariba-carbon-emission

(9) Source Material, 2023, The Carbon Con, www.source-material.org/vercompanies-carbon-offsetting-claims-inflated-methodologies-flawed/

Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais

(10) Idem nota de rodapé número 9.

(11) Leia alguns exemplos aqui: The Guardian, 2023, 'Nowhere else to go': forest communities of Alto Mayo, Peru, at centre of offsetting row, www.theguardian.com/environment/2023/jan/18/forest-communities-alto-mayo-peru-carbon-offsetting-aoe; e Survival International, 2023, Anatomy of a Multi-Million Dollar Colonial Carbon Project in Kenya, www.survivalinternational.org/articles/NRT-carbon-credits-Mbaria.

(12) Como exemplo, de acordo com os relatórios anuais da Verra, em 2019, 2020 e 2021, seus valores totais de ativos somaram, respectivamente, 14, 27 e 50 milhões de dólares.

Monoculturas, pobreza e falsas soluções: O legado de Harvard na Argentina

Um dos maiores fundos de investimento, Harvard Management Company, vendeu 88 mil hectares em Corrientes, depois de 14 anos lucrando com o plantio de árvores ao custo da destruição de pântanos e comunidades. Essas terras agora passaram às mãos da maior empresa de energia elétrica da Argentina, a Central Puerto, que também busca a produção de madeira, biomassa para energia e compensações de carbono.

Depois de 14 anos na Argentina, um dos maiores fundos de investimento do mundo, a Harvard Management Company, decidiu vender seus 88 mil hectares localizados na província de Corrientes, mas não sem antes obter lucros milionários com a destruição de zonas úmidas, afetando gravemente as comunidades da região com o plantio de pinus e eucalipto. A Harvard Management Company é um braço sem fins lucrativos da Universidade de Harvard, localizada nos Estados Unidos.

Ela administrava os 88 mil hectares por meio da empresa EVASA, gestora das companhias Empresas Verdes Argentinas, Las Misiones e Estancia Celina. Cerca de 50% dessa área estão localizados na Reserva Natural de Y'vera, um ecossistema de estuários, zonas úmidas, lagoas, palmares e florestas nativas. Milhões de árvores foram plantadas em monoculturas, destruindo territórios férteis e diversificados, bem como os cultivos e meios de subsistência de muitas comunidades. (1) Todas as promessas de “progresso” e “desenvolvimento” se desvanecem diante do fato de que Corrientes continua sendo uma das províncias com os piores índices socioeconômicos da Argentina.

Em maio de 2023, a Central Puerto, maior empresa de energia elétrica da Argentina, anunciou a compra da EVASA. (2) Com essa aquisição, a Central Puerto tornou-se uma das maiores empresas de plantação de árvores do país, acumulando 160 mil hectares de área plantada. Nas palavras do próprio administrador, sua estratégia tem como foco a produção de madeira, biomassa para energia e compensações de carbono. Essa estratégia aprofunda os impactos e a devastação social e ambiental que a província de Corrientes vem experimentando, mas desta vez, sob a bandeira da “economia verde” e como uma falsa solução para a mudança climática.

Contexto histórico (ou como chegamos a isso?)

A Argentina foi um dos epicentros dos investimentos em plantações de árvores desde o final da década de 90, quando a Lei 25.080, sobre os chamados Investimentos em Florestas Cultivadas, foi sancionada durante o governo de Carlos Menem.

Essa lei promove a expansão das plantações ao tornar o negócio mais lucrativo. Entre outros benefícios, dá estabilidade fiscal de até 50 anos (ou seja, os investidores não sofrem aumentos de

impostos durante todo esse tempo), somada a isenções e restituições fiscais e subsídios econômicos não reembolsáveis, que podem chegar até 80% dos custos de implantação. (3)

Diante dessas vantagens, investidores e capitais – inicialmente nacionais e depois, estrangeiros – voltaram-se para o negócio das plantações e, em pouco tempo, houve um aumento exponencial da área plantada com espécies de árvores exóticas, como o pínus e o eucalipto. O negócio, portanto, continuou crescendo apesar das inúmeras consequências do ponto de vista socioambiental.

Corrientes, com quase 450 mil hectares de plantações, é a província com a maior área de monoculturas de árvores da Argentina. (4) Expulsão de famílias de agricultores que ficaram sem trabalho, contaminação da água e dos solos, destruição da biodiversidade e efeitos sobre a saúde devido ao uso de agrotóxicos estão entre os principais impactos dessas monoculturas. O aumento dos incêndios é outra das graves consequências que, nos últimos anos e agravada pela seca, tem causado estragos na região. Mais de 100 mil hectares foram queimados de janeiro a abril de 2023, e 91% dessa superfície são estuários. Desde 2020, foram registrados grandes incêndios em Corrientes, com um recorde de mais de um milhão de hectares em 2022. (5)

Lucas Yacuzzi, nascido e criado em Chavarría, uma das cidades escolhidas para a expansão da EVASA, foi consultado sobre as recentes notícias da venda da Harvard Management Company: *“A primeira coisa que vimos mudar com o surgimento do pínus foi que se perdeu a cultura local, a cultura “gaúcha” típica de Corrientes. Grande parte da população não estava acostumada com o trabalho florestal e foi para outras áreas em busca de coisas que estivesse acostumada a fazer. Por isso mesmo, economicamente não ajudou muito, porque uns poucos ficaram ricos, e dá para contar nos dedos os que conseguiram melhorar a sua situação trabalhando para eles. Mas a grande maioria dos que eram assalariados ou trabalhavam sem contrato ou carteira assinada continua na mesma, sem conseguir chegar ao fim do mês. Além disso, as estradas rurais estão sempre em mau estado, destruídas, para não falar das nossas paisagens. Nós estávamos acostumados a ver a mata e os campos no entorno da cidade, e hoje só vemos pínus e eucaliptos”*.

Em protesto, Lucas, junto a dezenas de moradores e moradoras, muitos deles jovens e mães, bloqueou a rota dos caminhões da EVASA em 2012. Eles estavam cansados de ver os caminhões atravessando a cidade a qualquer hora e principalmente durante os horários de sono, carregando toras de pínus e levantando poeira. Os protestos conseguiram proibir a passagem de caminhões pela cidade e os obrigaram a fazer um caminho alternativo, que usam até hoje, mas eles continuam transportando toras de pínus a qualquer hora e levantando poeira, apenas por outra estrada.

Sacrifício: a compra de uma bacia

Durante a crise socioeconômica na Argentina, no final da década de 1990 e início dos anos 2000, vários grandes capitalistas se desfizeram de seus ativos para salvaguardar seus investimentos em meio à instabilidade que o país começava a vivenciar.

Nesse contexto, em 2002, a Pecom Energía, propriedade do grupo empresarial Perez Companc, leilou em Nova York 80 mil hectares localizados nos estuários de Y'vera, em Corrientes. Para a empresa, as plantações também haviam se tornado uma maneira de obter créditos de carbono e compensar as emissões de seus negócios relacionados a combustíveis fósseis. (6)

Em Nova York, o comprador foi o empresário Douglas Tompkins, um milionário que desembarcou na Argentina e voltou sua atenção para a região. Viria a ser uma compra estratégica, considerando que os estuários de Y'vera têm excelentes condições para a produção de madeira e são uma das maiores áreas úmidas das Américas. Tompkins ganhou fama de filantropo altruísta e conservacionista, e promoveu a equivocada dicotomia entre ser humano e natureza, como se a exclusão das comunidades de seu entorno ancestral resolvesse os problemas gerados pelo capitalismo. Além disso, incentivou o turismo para as elites nas áreas supostamente preservadas. Em 2003, ele fundou a EVASA para administrar as plantações de pinus localizadas na área adquirida e, em 2007, vendeu-a ao Global Emerging Markets Forestry Fund LP, uma *joint venture* entre o Global Environment Facility (GEF) e o American International Forestry Investment Advisors LLC. (7)

Com a Lei de Investimentos em Florestas Cultivadas ainda em vigor, o negócio de plantações continuou crescendo e se expandiu 20% em 2007. Além da EVASA, os principais atores envolvidos nesse negócio são empresas como Alto Paraná (do grupo chileno Arauco), Forestal Bosques del Plata (da também chilena CMPC), Forestal Argentina, Pomera e Tapebicué. Essas empresas concentram uma grande percentagem da produção nacional, além de pequenos e médios produtores.

Em 2007, o fundo de investimentos de Harvard possuía pelo menos 50% do Global Emerging Markets Forestry Fund, o que o convertia no proprietário majoritário da EVASA e da Las Misiones. Com a recessão de 2008 e 2009, o fundo perdeu quase 30% de seus investimentos. Assim, a Harvard Company mudou de rumo e, em 2010, vendeu sua participação no Global Emerging Markets Forestry Fund e comprou a EVASA e a Las Misiones. Isso permitiu que Harvard eliminasse intermediários e mantivesse esses ativos. (8) Desde então, a educação de excelência e, portanto, de elite foi financiada a partir da destruição de ecossistemas como as zonas úmidas da Argentina.

Harvard em Corrientes: o verde que sai e o verde que fica

Um dos maiores fundos de investimento do mundo atuou na província de Corrientes por quatorze anos. Segundo eles próprios, “desenvolviam um investimento sustentável e respeitando os mais altos padrões de qualidade”.

A universidade explorou milhares de hectares com o objetivo de produzir e vender madeira para financiar sua atividade de ensino. As terras lhe eram atraentes por causa das altas taxas de crescimento das árvores na região, entre as maiores do mundo, onde crescem cerca de dez vezes mais rápido do que no hemisfério norte.

Mas, além de grandes somas em dinheiro e negócios, o que significou a passagem de Harvard por Corrientes e pelas cidades que tiveram as plantações como vizinhas por mais de uma década?

Adrián Obregón, morador de Paraje Montaña, em San Miguel, onde se convive com a empresa Las Misiones, outro dos estabelecimentos administrados por Harvard e no qual desenvolveu a monocultura de árvores, conta: *“A verdade é que a passagem de Harvard pelo território não deixou nada economicamente, longe disso. A única coisa que ficou foi um desastre ambiental com a destruição do ecossistema Y’vera e um buraco de 4 metros de profundidade, 350 de comprimento e cerca de 150 de largura, de onde tiraram terra vermelha para encher um aterro que construíram no campo deles. Esse buraco é o presente que Harvard nos deixou em Paraje Montaña. Esclareço que conheço as medidas do buraco porque quando começaram os trabalhos de escavação, eu fui ao ICAA (Instituto Correntino de Água e Ambiente) fazer a denúncia, mas nunca vieram ver o problema”*.

Adrián, junto aos “Guardianes del Y’vera”, uma organização socioambiental de Corrientes que atua em defesa das zonas úmidas locais, e a coalizão por investimentos responsáveis de Harvard, formada por alunos, ex-alunos, professores e funcionários da universidade que buscam “mudar a forma como Harvard investe seu dinheiro”, viajou aos Estados Unidos em 2013. O objetivo da viagem era apresentar a Drew Faust, então reitora da universidade, uma petição assinada por comunidades camponesas e solicitando a solução de três questões:

- 1- Que a expansão das plantações fosse interrompida até que se fizesse o estudo de impacto ambiental comunitário e participativo sobre o caso;
- 2- Que o limite das plantações fosse afastado a pelo menos 2 mil metros de onde as comunidades estão assentadas, e
- 3- Que a precária situação trabalhista dos empregados fosse regularizada.

A única questão que se poderia dizer que melhorou foi a última, a duras penas, mas apenas em alguns estabelecimentos e para poucos funcionários. O que se garantiu durante anos foi a destruição ambiental dos estuários, e um buraco. Mas Harvard levou milhões.

Novos donos, o mesmo futuro maquiado de verde

Em maio de 2023, a Central Puerto, um ator que cresce exponencialmente no setor de plantação de árvores, conseguiu negociar a compra das terras da Harvard Company por um valor que ainda não foi confirmado pela empresa, mas que se soube que pode estar próximo dos milhões de dólares. A Central Puerto também é a maior produtora de eletricidade em todo o país.

Meses antes, em março de 2023, diante da saída da empresa italiana de energia Enel, a Central Puerto adquiriu a geradora de energia Central Costanera e se posicionou como maior produtora de eletricidade do país, com capacidade instalada de geração de 7.100 MW.

Essa magnitude é sustentada por suas 14 usinas, que usam diferentes tecnologias. Além disso, considerando-se a área plantada com árvores adquiridas da EVASA, a Central Puerto se torna uma das principais empresas do setor de monoculturas do país, com 160 mil hectares.

Após a compra das terras de Harvard, o gerente geral da empresa, Fernando Bonnet, afirmou à mídia argentina que “este setor pode ser uma fonte de oportunidades de negócios futuros, ligados ao processamento e à industrialização da madeira, a créditos de carbono e à geração de energia com biomassa”.

No site da Central Puerto, a geração de eletricidade a partir de “biocombustíveis” já aparece como uma oferta atual e recente da empresa. Ademais, afirma-se que a “penetração das energias renováveis na matriz de geração de energia elétrica” é uma de suas estratégias. (9)

Cada vez que algum representante do capitalismo faz declarações ligadas à “economia verde”, claro que sem abrir mão de um centímetro de seus interesses ou seus sistemas produtivos, financeiros e de consumo, nos territórios se sabe que há mais de 30 anos, suas terras e vidas são áreas de sacrifício. As plantações de Corrientes, agora também promovidas como “energia limpa” de biomassa ou para “sequestro de carbono”, se reconfiguram em um laboratório de aprofundamento do saque para a acumulação de capital, erroneamente chamado de “verde”.

A biomassa é vendida como “energia limpa”, mas é outra falsa solução para a crise climática. Não apenas porque se libera carbono quando as árvores são queimadas, mas também porque a demanda tanto por carvão para fins industriais quanto por cavacos e pellets de madeira para aquecimento ou produção de eletricidade impulsiona a expansão das monoculturas de árvores, intensificando o desmatamento, a erosão dos solos, a poluição da água, a expulsão das comunidades e muitos outros impactos.

A Masisa Forestal Argentina, a unidade de plantações e produção de madeira da Central Puerto, orgulha-se de ter um compromisso com a preservação da biodiversidade por meio da criação de Reservas Naturais, mas elas representam apenas uma parcela mínima do total da área plantada. Além disso, essas “reservas” também impedem a conexão e o relacionamento das florestas com as comunidades locais. (10)

A geração de energia a partir da biomassa, os créditos de carbono e até o investimento em áreas de conservação em troca de centenas de milhares de hectares destruídos são mais uma forma de expansão do capitalismo; são falsas soluções para uma crise climática que, ironicamente, tem a monocultura como uma de suas causas subjacentes.

Um modelo “sustentável” para fazer mais negócios

Diante da pergunta inicial sobre o que Harvard nos deixa depois de quase quinze anos na Argentina – além da destruição em grande escala da biodiversidade e das culturas, do aprofundamento da pobreza e da precariedade trabalhista e social – respondemos: ela nos deixa com um enorme buraco que aumenta rapidamente e representa uma armadilha escondida, só que à vista de todos. Essa é uma das muitas caras da economia verde.

Porém, ela também nos deixa o gigantesco desafio de nos prepararmos para o que está por vir, que já não é “apenas” a instalação de enormes plantações de árvores sem diversidade alguma, nem a investida do negócio da monocultura industrial; também temos que nos preparar para as novas estratégias desse capitalismo “verde”. Essa estratégia de expansão adota uma narrativa muito enganadora e nos obriga a reforçar o que tem sido praticamente o único baluarte da resistência, ou seja, a organização comunitária e solidária. Temos que enfatizar os eixos do valor intrínseco do território onde vivemos, esse valor (ou valores) que não pode ser calculado com parâmetros econômicos, mas representa a pura essência dos povos, impossível de ser moeda de troca.

Vai depender de nós, das pessoas, da comunidade, dos habitantes dos territórios, que não se amplie nenhuma das fraudes que vêm de outros hemisférios que não o nosso, carentes de identidade e raízes nesses territórios. Permanecemos firmes e enraizados em nossas identidades compartilhadas, no amor pelos bens comuns que nos dão a vida e a reproduzem.

Guardianes del Y'vera, Corrientes, Argentina

<https://guardianesdelyvera.org/>

Y'vera (Y= Água / VERA= Brilhante) é uma palavra da língua indígena guarani. A reivindicação da língua é um dos pilares da organização Guardianes del Y'vera.

- (1) Boletim 202 do WRM, 2014, Argentina: Harvard defende suas monoculturas florestais com todas as forças, <https://www.wrm.org.uy/pt/artigos-do-boletim/argentina-harvard-defende-suas-monoculturas-florestais-com-todas-as-forcas>
- (2) Central Puerto, 2023, Central Puerto adquiere Evasa, <https://www.centralpuerto.com/es/central-puerto-adquiere-evasa/>
- (3) Gobierno de Argentina, 1999, Ley de Inversiones para Bosques Cultivados, <https://www.argentina.gob.ar/normativa/nacional/ley-25080-55596/actualizacion>
- (4) Ministerio de Agroindustria, Características de la región Corrientes, <https://forestoindustria.magyp.gob.ar/archivos/informacion-por-region/corrientes.pdf>
- (5) Agencia Tierra Viva, 2023, Incendios en Corrientes: historia de las políticas forestales que avivan el fuego, <https://agenciatierraviva.com.ar/incendios-en-corrientes-historia-de-las-politicas-forestales-que-avivan-el-fuego/>
- (6) Boletim 35 do WRM, 2000, Argentina: las petroleras se visten de “verde”, <https://www.wrm.org.uy/es/otras-informaciones/argentina-las-petroleras-se-visten-de-verde>
- (7) The Oakland Institute y Responsible Investment at Harvard Coalition, 2013, Investigating Harvard University's Timber Plantations in the Iberá Wetlands of Argentina, https://www.oaklandinstitute.org/sites/oaklandinstitute.org/files/OI_Report_Harvard_Ibera_0.pdf
- (8) Idem (7)
- (9) Central Puerto, Ventajas Competitivas, <https://www.centralpuerto.com/es/nuestro-grupo/>
- (10) Central Puerto, Resumen Público del Plan de Manejo y Monitoreos Masisa Forestal Argentina 2022, Foto Página 20, <https://www.centralpuerto.com/wp-content/uploads/2023/02/resumen-publico-del-plan-de-manejo-y-monitoreos-2022.pdf>

RECOMENDADOS

Povos indígenas da Argentina na luta contra a exploração do lítio

Em Jujuy, no noroeste da Argentina, comunidades indígenas e trabalhadores de diversos setores lutam contra a reforma constitucional da província, aprovada em junho de 2023. A reforma permite a extração de lítio em territórios indígenas e criminaliza protestos sociais, entre outras violações de direitos. O lítio é considerado um recurso “estratégico”, sobretudo para empresas e países do Norte, pois é fundamental na eletrificação de carros e outras aplicações. Após semanas de violentas ações de repressão por parte da Polícia contra os manifestantes, as comunidades [anunciaram que farão uma caminhada](#) de mais de 1.600 quilômetros até Buenos Aires, capital do país, para exigir a anulação da reforma e o reconhecimento da propriedade comunitária da terra. Jujuy faz parte do chamado “triângulo do lítio”, que se estende por partes da Argentina, Chile e Bolívia. Para saber mais sobre essa luta, recomendamos a leitura da [seção Jujuy](#) do portal de notícias “agência Tierra Viva” e este [artigo da agência Pelota de Trapo](#), no qual o jornalista e escritor Raúl Zibechi analisa o que está acontecendo na Argentina no contexto do avanço do extrativismo na América Latina.

Maior fábrica de celulose, Suzano atrai bilhões apesar da imensa apropriação de terras

O portal de notícias DW investigou os conflitos socioambientais em curso no Brasil, relacionados à Suzano, empresa que administra mais de um milhão de hectares de plantações de eucalipto em todo o país e planeja quase dobrar essa quantidade durante a próxima década. O site denuncia que a empresa enfrenta 262 processos cíveis e ambientais possíveis ou prováveis e 2.449 processos trabalhistas prováveis e possíveis. Apesar desse histórico terrível, a empresa atraiu bilhões em investimentos “verdes”. Leia mais aqui: <https://www.dw.com/pt-br/vista-como-sustent%C3%A1vel-suzano-acumula-den%C3%Bancias-socioambientais/a-66004188>

Impactos devastadores sobre as comunidades no noroeste da Guiné causados por uma Compensação de Biodiversidade financiada pelo Banco Mundial

Um artigo da ProPublica denuncia como o Grupo Banco Mundial está apoiando projetos de compensação de biodiversidade por meio de seu braço para empresas privadas, a Corporação Financeira Internacional, que patrocinou pelo menos 19 projetos com compensações de biodiversidade. O artigo enfoca a Compagnie des Bauxites de Guinée, uma mineradora que buscou financiamento para expandir sua operação de mineração no noroeste da Guiné. A expansão, assim como o projeto de compensação, permitiu a devastação de aldeias e ajudou uma mineradora a justificar a morte de chimpanzés ameaçados de extinção. Leia o artigo, em inglês, aqui, <https://www.propublica.org/article/biodiversity-offsets-guinea-world-bank-group-chimpanzees-outbreak>

Plantações de dendê e programas de REDD+ no Pará, Brasil: apropriação de terras e violência

A Justiça brasileira cancelou os registros de duas propriedades da maior produtora de óleo de dendê sustentável das Américas, a Agropalma, no estado do Pará, epicentro da monocultura de

dendê no Brasil, por serem terras usurpadas. Nessas áreas, cuja posse continua com a empresa, estão territórios de comunidades quilombolas. Ignorando o conflito agrário e a decisão judicial, a Agropalma está prestes a comercializar o óleo de dendê. Além disso, a empresa lançará um programa de REDD+, sem consultar as comunidades e deixando de mencionar o conflito em seus documentos. O programa de REDD+ aumentará o sistema de segurança e vigilância privada das florestas. Enquanto isso, a Agropalma aumenta a vigilância armada e o controle das florestas para manter a comercialização do carbono. Leia a reportagem completa da Avispa Mídia, em espanhol e português; além do artigo sobre o tema neste boletim, <https://avispa.org/palma-e-conserva%C3%A7%C3%A3o-aliadas-na-expuls%C3%A3o-de-comunidades-na-amaz%C3%B4nia-brasileira/>

Intercâmbio de saberes e experiências de luta em defesa das florestas

Militantes do Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais (WRM) e da Marcha Mundial das Mulheres compartilham suas reflexões após um encontro de intercâmbio, no Brasil, entre ativistas de diferentes territórios da África, da Ásia e da América Latina. O intercâmbio foi uma oportunidade de debater e compartilhar desafios, com destaque para a contribuição do feminismo às lutas em defesa das florestas e de suas comunidades. Leia o artigo aqui, <https://capiremov.org/experiencias/intercambio-de-saberes-e-experiencias-das-lutas-em-defesa-das-florestas/>

Todos os artigos do Boletim podem ser reproduzidos e divulgados com a seguinte fonte:
Boletim 266 do Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais (WRM): "Quando o único 'verde' é o do dinheiro: a violência e as mentiras da economia verde" (<https://wrm.org.uy/pt/>)

[Assine o Boletim do WRM](#)

***O Boletim busca apoiar e contribuir com as lutas dos povos
para defender seus territórios e florestas.
A assinatura é gratuita.***

Você perdeu a última edição do boletim do WRM

"A ofensiva extrativista e os mercados de carbono nas florestas: impactos e resistências"

[Acesse esta e todas as edições anteriores neste link](#)

Boletim do Movimento Mundial pelas Florestas (WRM)

Este boletim também está disponível em Inglês, Espanhol e Francês

Editora: Joanna Cabello

Apoio editorial: Lucía Guadagno, Edmundo Hoppe Oderich, Jutta Kill, Winfridus Overbeek e Teresa Pérez

Secretaria Internacional do WRM

Av. Bolívia 1962 Bis, CP 11500 Montevideo, Uruguai

Tel/fax: +598 26056943

wrm@wrm.org.uy

<http://wrm.org.uy/pt>